



**Universidade de Brasília**

Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais – MESPT

**Silvana Bastos**

***Plano de Curso Intercultural em Comunicação e Justiça Climática para a Formação de Agentes de Mudança no Âmbito da Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática***

Proposta de Plano de Curso apresentada ao Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre junto ao MESPT/UnB.

**Orientadora: Profa. Dra. Anelise Rizzolo de Oliveira**

BRASÍLIA  
Junho, 2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

Brasília-DF, 13 de junho de 2023

BASTOS, Silvana

Plano de Curso Intercultural em Comunicação e Justiça Climática para a Formação de Agentes de Mudança no Âmbito da Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática, Brasília-DF, junho de 2023.

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais no Programa de Pós-graduação MESPT na Universidade de Brasília.

1. Interculturalidade
2. Justiça Climática
3. Pedagogia Popular
4. Povos e Comunidades Tradicionais.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BASTOS, S.(2023). Plano de Curso Intercultural em Comunicação e Justiça Climática para a Formação de Agentes de Mudança no Âmbito da Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática, Brasília-DF, junho de 2023. Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais, Universidade de Brasília, Brasília – DF, nº p. 66

## CESSÃO DE DIREITOS

AUTORA: Silvana Bastos.

TÍTULO: Plano de Curso Intercultural em Comunicação e Justiça Climática para a Formação de Agentes de Mudança no Âmbito da Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática

GRAU: Mestre

ANO: 2023

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos.

ENDEREÇO.

CEP ... Brasília, DF – Brasil.

**Universidade de Brasília**

Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais – MESPT

**Silvana Bastos**

***Plano de Curso Intercultural em Comunicação e Justiça Climática para a Formação de Agentes de Mudança no Âmbito da Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática***

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais no Programa de Pós-graduação - MESPT na Universidade de Brasília.

Linha de Pesquisa: Sustentabilidade, Epistemologias e Práticas Interculturais

APROVADA POR:

---

Profa. Dra. Anelise Rizzolo de Oliveira  
**(Orientadora)**

---

Profa. Dra. Janaina Deane de Abreu de Sá Diniz  
**(Examinadora Interna MESPT/UnB)**

---

Profa. Dra. Renata Rauta Petarly  
**(Examinadora Externa Neruds/UFNT)**

*Dedico este trabalho aos meus filhos, Lucas e Luara, que inspiram minha fé na juventude engajada na construção de um Brasil melhor, mais justo e diverso.*

*À minha mãe Nadir e pai Anacleto, pela vida com respeito aos que vieram antes de mim.*

*À Mata Atlântica e ao Cerrado com seus povos e comunidades tradicionais que me ensinaram a conexão com a Terra e deram sentido à minha jornada nesta vida.*

## AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que representam suas organizações na Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática por me ensinarem a arte de dialogar e trabalhar em rede e buscar a unidade mesmo diante de tantas diferenças e que me apoiaram incondicionalmente na proposta de sistematização dessa construção coletiva para fins do produto a ser apresentado ao MESPT/UnB. São elas: Associação Onça D'Água de apoio à gestão e ao manejo das Unidades de Conservação do Tocantins, Coopter – Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural. Organizações de base comunitária, Associação Quilombola Kalunga do Mimoso Tocantins – AKMT, Associação Indígena Pyka Mex – Povo Apinajé, Associação Cultural Kyjre – Povo Kraho, Colônia de Pescadores e Pescadoras de Araguacema, UFT - Universidade Federal do Tocantins em especial à Pró-Reitoria de Extensão, ao Campus de Arraias e ao Núcleo de Estudos Rurais, Desigualdades e Sistemas Socioecológicos – Neruds e Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo – AEFABIP, Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST e mais recentemente na Coalizão a Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFTN também componente do Neruds.

À Anelise Rizzolo de Oliveira pela orientação e paciência com todas as minhas mudanças de rumos ao longo desse caminho.

Às queridas professoras Janaína Deane de Abreu Sá Diniz e Mônica Nogueira do MESPT/UnB e Renata Rauta Petarly da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT pelo apoio e disposição em participar das bancas de qualificação e avaliação final.

Aos colegas da 5ª turma do MESPT pelo apoio mútuo e rede de afetos que suavizaram a travessia nesses tempos tão difíceis que vivemos no mestrado em virtude da pandemia agravado pelo desgoverno Bolsonaro.

Ao corpo docente do MESPT que sempre se posicionam como mestres, iluminando o caminho meio obscuro e estranho da academia para mim.

Aos colegas do ISPN, em especial à equipe do Programa Amazônia, pela força e compreensão ao longo da caminhada que já dura dez anos nesta organização.

Por fim, agradeço à Fundación Avina por viabilizar as atividades propostas pela Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática.

## LISTA DE SIGLAS

IDS – Instituto de Desenvolvimento Social

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima

ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza

MESPT – Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MST – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra

NERUDS – Núcleo de Estudos, Desigualdades e Sistemas Socioecológicos

ONG – Organização Não Governamental

PPP-ECOS – Estratégia de Promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais

TI – Terra Indígena

UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UnB – Universidade de Brasília

VAC – Programa Vozes pela Ação Climática Justa

## Sumário

### Conteúdo

Resumo .....	8
1. Apresentação.....	10
2. Introdução.....	14
3. Mudanças Climáticas e a Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática.....	21
4. Contexto Socioambiental do Território do Tocantins .....	30
5. Metodologia .....	33
6. Considerações finais.....	36
7. Referências.....	38
Apêndice – Plano do Curso .....	41

## **Resumo**

O presente trabalho descreve o processo coletivo de estruturação do plano de curso para a formação de agentes de mudança em justiça climática e comunicação, realizado pela Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática. O curso é voltado a jovens entre dezesseis e trinta e quatro anos, representantes de diversos segmentos de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares: quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, assentados e acampados da reforma agrária, portanto um encontro potente, colorido e intercultural no estado do Tocantins.

O processo de estruturação envolveu em torno de 25 pessoas que atuam no conselho gestor da Coalizão e são representantes das dez organizações que a compõem, contemplando organizações de base comunitária, representantes dos povos indígenas Krahô e Apinajé, quilombolas, pescadores artesanais, agricultores familiares, assentados e acampados que lutam pela reforma agrária. Também compõem a coalizão organizações não governamentais de assessoria e instituições de ensino.

**Palavras Chaves: Interculturalidade, Justiça Climática, Pedagogia Popular, Povos e Comunidades Tradicionais.**

**Title: Intercultural Course Plan on Communication and Climate Justice for Training Change Agents within the Coalition "Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática"**

**Abstract**

This study outlines the collective process of developing a course plan for training change agents in climate justice and communication, conducted by the "Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática." The course targets young individuals aged sixteen to thirty-four, representing diverse segments of traditional peoples and communities, including quilombolas, indigenous groups, babaçu coconut breakers, artisanal fishermen, and small-scale farmers. Thus, it represents a powerful, vibrant, and intercultural gathering in the state of Tocantins.

The planning process involved approximately 25 individuals who are active members of the Coalition's management council, representing the ten organizations comprising it. These organizations encompass grassroots community groups, representatives of indigenous peoples (Krahô and Apinajé), quilombolas, artisanal fishermen, small-scale farmers, and landless settlers fighting for agrarian reform. Additionally, non-governmental organizations providing support and educational institutions are also part of the coalition.

**Keywords: Interculturality, Climate Justice, Popular Pedagogy, Traditional Peoples and Communities.**

# 1. Apresentação

O presente trabalho descreve o processo de estruturação do plano de curso para a formação de jovens enquanto agentes de mudança e ativistas em comunicação e justiça climática no âmbito da Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática e traz, ao final, o resultado dessa construção coletiva – o plano pedagógico do curso. Caracteriza-se como “produto” sendo uma entrega alternativa à dissertação e previsto na modalidade profissional de mestrado no Brasil.

Embora a implementação do plano do curso já tenha sido iniciada no momento da defesa, esse trabalho delimita sua análise e descrição até a etapa de estruturação do plano do curso, finalizado em dezembro de 2022.

Ao integrar esse trabalho ao portfólio do MESPT espero contribuir para a discussão sobre as diferentes possibilidades de processos de geração e sistematização de conhecimentos e inspirar iniciativas semelhantes de formação popular, tendo em vista que a amplificação das vozes dos povos e comunidades tradicionais no Brasil é fundamental para o desenvolvimento e sustentabilidade dos territórios tradicionais, proposto pelo MESPT, o qual tem na educação uma de suas linhas temáticas.

O plano de curso é um componente da estratégia de atuação da Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática e se enquadra na categoria de Curso de Extensão da Universidade Federal do Tocantins-UFT. A Coalizão foi criada em 2022 e articula dez organizações<sup>1</sup> com o objetivo de ampliar as vozes de diversos segmentos de povos e comunidades tradicionais do Tocantins, que historicamente não são ouvidos embora tenham muito a dizer. Para isso, a Coalizão tem atuado para qualificar a atuação e a visibilidade de quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, assentados e acampados da reforma agrária e agroextrativistas na defesa dos seus direitos, na luta por políticas públicas apropriadas, bem como, na inserção de jovens e organizações comunitárias do Tocantins no debate global sobre justiça climática e sobre a agenda do clima. Para lograr esses objetivos a Coalizão se articula em rede e proporciona a formação de jovens, o fortalecimento de organizações de base comunitária e implementa um plano de ação em comunicação & *advocacy* no estado do Tocantins.

---

<sup>1</sup> Ongs/assessoria: 1) ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza, 2) Associação Onça D’Água de apoio à Gestão e ao Manejo das Unidades de Conservação do Tocantins e 3) Coopter – Cooperativa Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural. Organizações de base comunitária: 1) Associação Quilombola Kalunga do Mimoso Tocantins – AKMT, 2) Associação Indígena Pyka Mex – Povo Apinajê, 3) Associação Central Cultural Kyjre – Povo Kraho, 4) Colônia de Pescadores e Pescadoras de Araguacema. Ensino: 1) UFT - Universidade Federal do Tocantins e 2) AEFABIP - Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo. Movimento Social: MST – Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra

No âmbito da formação de jovens, a primeira ação da coalizão foi o desenvolvimento do plano de curso, cujo objetivo é contribuir para a formação de agentes de mudanças e ativistas por meio de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) voltadas à atuação de jovens do Tocantins na Agenda do Clima, além de estimular a formação de uma forte aliança intercultural entre diferentes segmentos de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais no estado, como resposta à uma constatação da Coalizão de que há invisibilidade e insuficiência de vozes de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares do Tocantins no debate sobre a agenda do clima e da justiça climática em níveis nacional e global. Esse debate está intimamente associado à luta pelo reconhecimento da importância dos territórios tradicionais e dos meios de vida sustentáveis e da produção agroextrativista para a conservação ambiental, para a regulação climática, para a segurança e soberania alimentar e nutricional - requisitos para o desenvolvimento em bases sustentáveis, em contraposição ao modelo hegemônico e colonialista vigente no estado, que é baseado no avanço do agronegócio e outros grandes empreendimentos promotores de destruição e degradação ambiental, concentração de renda e exclusão social.

Para fim da entrega junto ao MESPT, esse trabalho descreve o processo de concepção e elaboração do plano do curso e por fim apresenta o documento que sistematiza o resultado desse processo, sintetizado no plano pedagógico do curso em Comunicação e Justiça Climática (apêndice). Portanto, não avança até as análises e lições aprendidas com a implementação do plano pedagógico, visto que essa etapa será realizada ao longo do ano de 2023.

Em relação ao meu lugar de escrita e de posicionamento neste trabalho, não apresento aqui o resultado de uma pesquisa ou sistematização distanciada do meu fazer, visto que tenho total envolvimento nesse processo de construção, atuando como coordenadora e mobilizadora do Conselho Gestor da Coalizão Vozes do Tocantins e da Comissão Político-Pedagógica (CPP) do curso. Na Coalizão sou a representante do Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN, organização da sociedade civil que coordena o projeto e viabiliza as atividades promovidas no âmbito da Coalizão. Portanto, esse trabalho é uma oportunidade de autorreflexão e sistematização sobre a minha prática de atuação profissional e militância junto a agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Essa trajetória profissional se integra à minha história de vida, que é gerada em um Brasil rural e profundo. Elaborar sobre a minha vida, tarefa estimulada pelo MESPT no memorial, fez acordar em mim as imagens, cheiros e lembranças da agricultura, da vida na roça que marcam minha trajetória, minha entrada na agroecologia e minha jornada até

o presente. A escolha pela agronomia e depois o contato com os termos “agroecologia”, “agricultura familiar” vem de um tempo em que eu nem sabia que esses nomes e conceitos existiam, embora os vivesse naquelas serras e mares de morros das serras do Mar e Bocaina.

Logo me vem em tela a imagem da mulher branca, de cabelo pouco e fino, amarrado em coque, mulher forte, redonda com sua saia de roda e bochechas vermelhas, tingidas pelo frio das manhãs e que vivia a assobiar sempre a mesma canção, inclusive quando equilibrava objetos, como uma lata, na cabeça ao caminhar para ficar com as mãos livres pra segurar a neta, que morava com ela... Sementes, tubérculos, foice e enxada sempre nas mãos... ia à frente dos filhos e netos, como eu, para ensinar a ciência de tirar da terra a maioria do que encontrávamos na mesa, tirar da terra o barro branco pra pintar a casa e as telas das histórias do mundo em nossas mentes. Pariu doze, mas era também mãe de mais seis do primeiro casamento do marido – o famoso tropeiro que trazia no lombo de burros o queijo e a carne do sul de Minas para vender em Paraty e que em uma dessas “paragens” encontrou uma “cunheira<sup>2</sup>”, vinte anos mais jovem, para casar e se fixar na terra entre serras, na vargem do rio Paraitinga – “rio de águas claras” na língua tupi, principal formador do grande Paraíba do Sul – mas para nós, era só o Prentinga, onde aprendi a nadar e a “caçar” lambaris e bagres para o almoço. Foi nessa terra, desse encontro improvável com vinte anos de distância, em que um pai de uma menina da roça cede a filha para um homem rústico já pai de muitos filhos, que nasce minha mãe, a sexta dos doze. É nessa terra fértil embebecida por grotas de águas frescas que iniciam a queimada da mata atlântica, a roça de toco, para produzir comida e abrir pastos para o gado, nos idos dos anos 60.

Dando um salto no tempo, hoje, sessenta anos depois, esta é uma terra bastante degradada e dominada por capins exóticos, como brachiárias, que sofre com a escassez de água e que tornou o Paraitinga, um rio de águas claras somente em seu nome. Sou testemunha dessa transformação e dos impactos de políticas públicas e incentivos governamentais que provocam profundas mudanças nos modos de viver, de fazer e de sentir de um povo, principalmente quando tal intervenção não encontra barreiras e resistências de um processo de organização social e política da população local.

A agronomia engajada com o compromisso socioambiental nasceu desse lugar em mim, mesmo que as circunstâncias me mandassem para um outro lugar... já no primeiro ano da faculdade de agronomia na Unesp/Botucatu (1992) um universo novo se abriu, tive contato pela primeira vez com esses nomes, conceitos hoje tão caros para mim –

---

<sup>2</sup> Quem nasce em Cunha-SP no idioma caipira.

“agricultura familiar”, “reforma agrária”, “agroecologia”. Logo no primeiro ano, ajudei a formar o grupo de extensão universitária para trabalhar com agroecologia e assentamentos rurais e atuei fortemente no movimento estudantil – outra universidade!

Assim que me formei, fui trabalhar na extensão rural com o MST – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra no Paraná, na Floresta de Araucárias. Anos mais tarde, em 2001, no 2º Encontro e Feira dos Povos do Cerrado em Goiânia outro universo se abriu – o dos povos do Cerrado: indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, catingueiros, apanhadores de flores, morratenses... Ah! O Cerrado! Nunca mais quis ficar longe. De lá para cá, estou sempre conectada com a riqueza da biodiversidade do Cerrado e dos seus povos e assim, coloquei-me a serviço para contribuir com projetos e iniciativas voltadas à conservação do Cerrado por meio do uso sustentável praticado por seus povos.

Foi essa perspectiva que me levou a integrar a equipe do ISPN em 2013, o que oportunizou também a composição da Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática a partir de fevereiro de 2022 e integrar a 5ª Turma do MESPT.

O MESPT por sua vez foi uma oportunidade de entrar em contato com bases conceituais no campo das ciências sociais e antropológicas importantes para ampliar minha visão ao pensar e refletir e portanto, qualificar minha prática e atuação no mundo.

## 2. Introdução

Esse trabalho tem o objetivo de registrar e descrever a experiência de construção participativa do plano do curso intercultural e modular em comunicação e justiça climática visando inspirar outras experiências em educação popular voltadas ao atendimento de demandas da sociedade civil organizada e de movimentos socioambientais relacionadas à formação para o protagonismo e atuação de jovens e de povos e comunidades tradicionais nos debates em nível nacional e global sobre justiça climática. A educação em diferentes níveis e categorias é fundamental para fortalecer a luta por direitos, proteção, reconhecimento e sustentabilidade dos territórios tradicionais.

O plano do curso é uma iniciativa de educação não formal, estruturado pela Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática, com protagonismo de organizações da sociedade civil e também com a participação de docentes da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e uma docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), além de ter sido registrado como curso de extensão universitária da UFT.

A concepção do Plano do Curso considerou que no Brasil a crise climática é emoldurada por um quadro de desigualdades, violação de direitos, violência no campo e injustiças que distanciam e retardam o processo de amadurecimento e consolidação da democracia brasileira e da materialização dos direitos previstos em nossa Constituição Federal. Um dos elementos desse quadro é a insuficiência de vozes representativas de povos e comunidades tradicionais nos espaços de negociação e tomada de decisões perante os acordos e proposições para solucionar a emergência climática em que vivemos na atualidade, seja em nível internacional, a exemplo da participação nas Conferências das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COPs do Clima), seja em nível nacional, como na participação e representação nos espaços de construção e implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Estou falando de pessoas que vivenciam “na carne” os efeitos das mudanças do clima em seus territórios e que não possuem vozes representativas nos espaços de poder e de tomada de decisões sobre o tema. Vozes essas que ecoam soluções verdadeiras para a crise climática, que passam pela materialização de direitos fundamentais, como a proteção e sustentabilidade dos territórios tradicionais e direito à terra.

O conceito de justiça climática ainda está em construção e aprimoramento, embora o termo é usado desde 1990 em documento que denunciava a indústria do petróleo como responsável pelas emissões de gases de efeito estufa que causam as mudanças climáticas (BRUNO et al, 2021). Segundo Louback (2023), o termo somente foi

explicitado pelas Organizações das Nações Unidas – ONU ao ser reconhecido no preâmbulo do Acordo de Paris em 2015:

*“Um verdadeiro marco histórico em múltiplos sentidos para a comunidade climática, o que oficializou um caminho de transformação no campo global de atuação contra as iniquidades da crise climática. A justiça climática propõe que as mudanças climáticas sejam analisadas e combatidas com o viés da responsabilização daqueles que efetivamente deram causa ao desequilíbrio constatado e que possuem mais condições de enfrentá-las – principalmente países e empresas do Norte Global...”* LOUBACK (2023) – OBSERVATÓRIO DO CLIMA.

Robinson (2021) também ressalta que a justiça climática é o elo entre direitos humanos e mudanças do clima, garantindo que sejam guardados os direitos de indivíduos vulneráveis. Já o *The Climate Reality Project*, coordenado pelo ex-vice presidente dos EUA, Al Gore, ressalta que a justiça climática encara a crise ambiental como uma questão econômica, racial e política, em vez de uma questão puramente ambiental ou física. A justiça climática se concentra nas causas da crise climática, incluindo uma economia fortemente dependente da exploração de combustíveis fósseis, racismo estrutural, profundamente arraigado e outras desigualdades sociais. Ela exige soluções que centralizem as prioridades e as vozes das comunidades mais afetadas. Tem como perspectiva a centralidade nas pessoas, elevando as vozes e a liderança das pessoas mais afetadas pela crise climática; o reconhecimento dos impactos de forma injusta e desproporcional: mulheres, povos originários, afrodescendentes, famílias pobres sentem e sentirão os efeitos da crise climática mais do que as outras pessoas; a identificação de opressões/problemas em interseção, ou seja, a crise climática se sobrepõe a muitas outras questões.

O conceito de justiça climática associa-se também ao debate sobre o racismo ambiental, que segundo Carvalho (2021) vem sendo pautado desde a década de 1950 e está ligado ao movimento dos direitos civis americanos. A criação do termo é atribuída ao ativista afroamericano Benjamin Franklin Chavis Jr. Carvalho (2021) explica ainda que desde a sua origem, o racismo ambiental denuncia o fato de que a degradação ambiental e os desastres decorrentes atingem e impactam mais especificamente as populações periféricas, mais vulnerabilizadas, atingindo como “um alvo” a população afrodescendente.

No Brasil, esse “alvo” fica evidente, por exemplo, ao constatarmos a cor das pessoas que mais sofrem com os desastres causados pelas fortes chuvas nas chamadas “áreas

de risco” como morros e encostas. Por outro lado, encostas e morros com características semelhantes são ocupadas por mansões de milionários com construções adaptadas e tecnologia que raramente sofrem os mesmos impactos das construções vulneráveis. Também é necessário somar a esse “alvo” os povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais que vivem e dependem dos seus territórios conservados e equilibrados para manter seus modos de vida sustentáveis, mas já vem sentindo intensamente os impactos dos eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e cheias recordes de rios. Estudos já evidenciam essa afirmação, a exemplo do estudo de Santos (2015) que descreve a percepção ambiental na região do Médio Rio Negro associada à ocorrência de eventos hidrológicos extremos.

Outro conceito importante considerado no plano do curso foi a interculturalidade. Em razão da composição das organizações da Coalizão Vozes do Tocantins ser diversa, refletirá em um perfil da turma do curso também diversa, a ser formada por diferentes segmentos de povos e comunidades tradicionais do estado do Tocantins, portanto requer atenção e especial cuidado no momento da implementação do curso. Além do desafio de criar ambiente favorável para o reconhecimento e interação positiva entre os jovens oriundos de diferentes realidades, será fundamental também priorizar a perspectiva da interculturalidade crítica trazida por Walsh (2012) ao descrever as perspectivas relacional, funcional e crítica ou decolonial das relações interculturais. Walsh (2012) afirma que interculturalidade crítica questiona profundamente a lógica irracional e instrumental do capitalismo e aponta a necessidade de construção de sociedades diferentes, é um chamamento aos povos que sofreram e sofrem as violências da colonização, aliados e todos os setores que lutam por uma refundação social, pela descolonização e pela construção de outros mundos.

Fundamentado nos conceitos acima, aplicados e adaptados ao contexto do território do estado do Tocantins, área de atuação da Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática, o plano do curso foi construído por meio de um esforço para aterrorizar e problematizar os conceitos e complexidades da Agenda do Clima, considerando a realidade das comunidades representadas na Coalizão, a saber: indígenas Krahô e Apinajé, quilombolas, agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados e acampados da reforma agrária, em diálogo também com a Agenda Política da Coalizão. Esta agenda desenvolvida pelo Conselho Gestor da Coalizão priorizou a atuação em rede das organizações para incidir em políticas públicas voltadas à governança fundiária e ambiental no estado do Tocantins, inclusive por meio de denúncias e ações judiciais via Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) das leis estaduais de regularização fundiária e de licenciamento ambiental. Além disso, também vem atuando para dar maior visibilidade

e aumentar a escala das diversas soluções climáticas propostas pelas comunidades. Segundo VAC (2022), solução climática é uma ação que responde a um problema observado em uma região que tem necessariamente uma origem climática, a exemplo do desmatamento que gera emissões de gases de efeito estufa e secas ou cheias decorrentes de mudanças no regime de chuvas. Portanto, é a busca para uma forma justa e equitativa de mitigar e/ou adaptar-se a essas mudanças.

Em relação à abordagem pedagógica do curso, esta é baseada nos princípios e práticas da educação popular tendo a pedagogia de Paulo Freire como fonte de inspiração e orientação para a construção do curso. Mesmo em se tratando de um curso para jovens e alfabetizados, partimos da mesma premissa da educação de adultos: de que a pessoa aprende a partir de suas necessidades concretas, as quais emergem de sua prática de estar e agir no mundo e do contexto sociocultural em que vive e atua. Tal orientação implica que os conteúdos devem ser criados a partir de questões que trazem significado e encantamento para cada participante, como ensina também Manoel de Barros. Ampliar essa concepção é uma tarefa importante na construção e implementação do plano do curso, pois espera-se propiciar aos participantes o reconhecimento e organização do aprendizado que vem das suas descobertas e vivências da prática, a partir do diálogo e problematização dos temas atuais sobre justiça climática e, sobre as técnicas e ferramentas de comunicação, grande potencial de apropriação pelos jovens para amplificar suas vozes e de suas comunidades.

Para Freire (1993), o estudo da realidade social se revela na fala do educando, e a organização do “dado” é a sua fala, como sujeito e somente enquanto sujeito, que o ser humano pode realmente conhecer. Freire (1987) ensina que:

*“O diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode ser reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes”.*

A partir da abordagem freiriana para a educação de adultos e o modelo de educação de adultos ou andragógica, apresentada por Knowles (1970), o plano do curso baseia-se em seis princípios para orientar os facilitadores no desenvolvimento dos conteúdos: i) necessidade de saber: adultos precisam saber por que devem aprender algo e qual o ganho que terão no processo; ii) prontidão para aprender: o adulto fica disposto a aprender quando a ocasião exige algum tipo de aprendizagem relacionado a situações reais de seu dia-a-dia; iii) papel das experiências para o adulto, suas experiências são a

base de seu aprendizado, portanto, as técnicas que aproveitam essa amplitude de diferenças individuais serão mais eficazes; iv) orientação para aprendizagem: o adulto aprende melhor quando os conceitos apresentados estão contextualizados para alguma aplicação e utilidade; v) motivação: adultos são mais motivados a aprender por valores intrínsecos: autoestima, prazer, qualidade de vida e desenvolvimento; e, vi) autoconceito do aprendiz: adultos são responsáveis por suas decisões e por sua vida, portanto querem ser vistos e tratados pelos outros como capazes de se autodirigir.

O plano do curso também está baseado na abordagem de “formação na ação” apresentado por Almeida (2019), na qual contempla quatro etapas na concepção das situações de aprendizagem e das relações interculturais que o curso propiciará:

- i) *revelar e caracterizar a realidade: a caracterização é acima de tudo uma tomada de consciência, possibilita aos participantes evidenciar e estruturar sua percepção da realidade (sua propriedade, a comunidade, as organizações, o contexto, a si mesmo), ao mesmo tempo em que cria a oportunidade de ampliar esse olhar a partir da troca com os outros participantes. Na caracterização o participante tem a chance de tomar consciência de aspectos que anteriormente não estava percebendo;*
- ii) *ampliar referenciais: em muitos momentos chamamos de oxigenação a ampliação de referenciais, na caracterização cria-se a base a partir da qual poderão ser criadas atividades de “oxigenação”, ou seja, trazer novos ares ao conhecimento que o participante já possui, além da troca que acontece entre os participantes no processo de caracterização da realidade e do contexto vivenciado pelos jovens em suas comunidades. Se por um lado a caracterização pode levantar novas perguntas acerca da realidade, na oxigenação o que se busca é trazer referenciais que sirvam, em um primeiro momento como termo de comparação e reflexão sobre a realidade (incluindo a si mesmo). Mas deve ir mais adiante, porque as pessoas podem lidar apenas com uma soma limitada de contradição e perguntas, e precisam também de respostas, que sirvam, inclusive, como motivação e fonte de experimentação e reflexão. Assim, a oxigenação também deve indicar instrumentos e técnicas que possibilitem novas formas de lidar com determinadas situações. A oxigenação é o elo entre a*

*caracterização e a tomada de iniciativa (realizar), retroalimentando a caracterização e orientando a realização de uma ação, iniciativa, ou experimentação;*

- iii) a experimentação: a realização de um iniciativa assume a função de experimentação, possibilitando ao participante levar para a prática uma habilidade ou conhecimento adquirido, e com isso identificar dúvidas, limites (pessoais inclusive) e verificar potenciais e desafios para a integração com a sua realidade. Embora o foco da ação seja criar base para a aprendizagem, o participante estará lidando com seu contexto real, e provavelmente desencadeando mudanças. Essas mudanças podem ter diferentes alcances, a depender das condições existentes no contexto, no participante e no processo de formação. Na experimentação a aprendizagem é do conteúdo (assunto, técnica, propósito, etc), como também do próprio processo de aprendizagem (seus limites, canais de aprendizagem, capacidades, resistências, reações, etc). Assim, as situações de experimentação devem ser planejadas para criar condições que apoiem o participante na sua aprendizagem. Algumas recomendações nesse sentido: experimentos precisam começar simples: na medida em que a pessoa se aprofunda na caracterização da situação, adquire novos referenciais e compreende seu processo de aprendizagem, vai criando condições para experimentos mais complexos;*
- iv) refletir e aprender: na reflexão o facilitador tem um papel fundamental que é conduzir os participantes a identificar, organizar e valorizar os aprendizados vindos da prática. Para tanto, devem ser criadas situações de aprendizagem que conduzam a pessoa a aprofundar sua reflexão, lidar com resistências e tirar conclusões. Nessa fase é possível gerar conhecimentos, organizados e sistematizados a partir da prática.*

Considerando essas bases conceituais e também a experiência já realizada no âmbito do “Curso Cerrativismo no Oeste da Bahia” (ISPN; IDS, 2021), o plano do curso foi estruturado por meio de temas geradores organizados em três fios temáticos: i) conteúdos sobre agenda do clima, justiça climática e comunicação; ii) habilidades sociais de um agente de mudanças; e iii) intervenção na prática por meio da implementação de

projetos “jovens em ação”, melhor detalhados no capítulo metodologia abaixo. Os temas geradores alimentarão um cardápio de conteúdos programáticos, que posteriormente são detalhados e ementados por facilitadores, contemplando também a participação dos jovens educandos nesse processo, a partir do segundo módulo.

Com uma carga horária total de 290 horas, será realizado em regime de alternância, composto por quatro módulos presenciais (tempo presencial com toda a turma) e três módulos com tarefas práticas, a serem realizadas no tempo comunidade. A alternância é caracterizada por dois “espaços/tempos” formativos, que compõem o processo de aprendizado durante o tempo de duração do curso: o primeiro refere-se ao tempo presencial alternado ao tempo comunidade. Vale esclarecer também que o tempo presencial, ou seja, os módulos presenciais serão realizados em imersão em quatro comunidades: Aldeia Pedra Branca (TI Krahô), Aldeia Prata (TI Apinajé), Acampamento Olga Benário (MST) e Território Quilombola Kalunga do Mimoso. Essa escolha foi definida pela Coalizão como oportunidade e estratégia para que os trinta jovens, que serão selecionados para a composição da turma, vivenciem diferentes realidades, oportunizando espaço/tempo de aprofundar sua experiência individual em contato com a diversidade sociocultural presente no estado, mas também estimular a percepção e o debate sobre as semelhanças e os desafios comuns enfrentados pelas comunidades e pelas organizações da Coalizão.

### 3. Mudanças Climáticas e a Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática

O aquecimento global e as mudanças do clima decorrentes, causadas pela intensificação da concentração dos gases de efeitos estufa na atmosfera, resultante da atividade humana na Terra a partir da revolução industrial é uma realidade consensuada pela comunidade científica internacional, reunida no Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima – IPCC<sup>3</sup> e detalhadamente descrita nos seus relatórios publicados e atualizados periodicamente, reunindo evidências científicas sobre o papel da industrialização, da queima dos combustíveis fósseis e da mudança no uso da terra, por meio do desmatamento e degradação ambiental como as causas raízes do aquecimento global.

Os relatórios do IPCC são subsídios, alertas e recomendações para tomadores de decisão, mas para que tais subsídios sejam efetivados, ou seja, traduzidos em políticas públicas, regramentos, investimentos e ações práticas é condicionante que decisões políticas sejam de fato orientadas pelos relatórios. Para isso, as conferências do clima promovidas pelas Nações Unidas anualmente, buscam negociar e alcançar acordos, compromissos e engajamento global voltados às soluções climáticas. Tais acordos precisam da assinatura por parte dos chefes de Estado e, posteriormente, ratificados pelos países e internalizados em forma de políticas públicas nacionais por meio de leis, planos e programas.

Desde 1995, quando foi realizada a primeira COP, já foram promovidas 27 edições da conferência, mas seus compromissos e acordos construídos para reduzir o ritmo do aquecimento global, pouco implementados, o que repercute nas evidências científicas e nos alertas cada vez mais alarmantes divulgados pelos relatórios do IPCC: a temperatura média global em 2019 estava 1,1°C acima do período pré-industrial, de acordo com a Organização Meteorológica Mundial (OMM); 30% da população mundial está exposta a ondas de calor mortíferas mais de 20 dias por ano. (*Cooling and Climate Factsheet*, PNUMA), as temperaturas médias para os períodos de cinco anos (2015-2019) e dez anos (2010-2019) são as mais altas da história (OMM); em 2019, as emissões totais de gases de efeito estufa, incluindo a mudança no uso da terra, atingiram um novo máximo de 59,1 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente (GtCO<sub>2</sub>e), segundo o Emissions Gap Report (EGR, 2020).

---

<sup>3</sup> O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) em 1988 com o objetivo de fornecer aos formuladores de políticas avaliações científicas regulares sobre a mudança do clima, suas implicações e possíveis riscos futuros, bem como para propor opções de adaptação e mitigação. Atualmente, o IPCC possui 195 países membros, entre eles o Brasil ([www.mcti.gov.br](http://www.mcti.gov.br)).

Em termos de decisão global, o “Acordo de Paris” de 2015 é o mais importante e contundente até o presente, porque prevê diversas medidas e compromissos dos 195 países que o assinaram para manter o aumento da temperatura abaixo dos 2°C até o final deste século. Para cumprir o Acordo de Paris, o Relatório Especial sobre o Aquecimento Global de 1,5°C do IPCC (<https://www.ipcc.ch/sr15/>) demonstra a necessidade de zerar a emissão líquida de gases de efeito estufa, em especial o CO<sub>2</sub>, até 2050, o que significa alcançar um equilíbrio entre as emissões causadas pela atividade humana e a remoção de gases na atmosfera, ou seja, reduzir ao máximo as emissões provenientes da queima dos combustíveis fósseis e incêndios florestais, por exemplo, e por outro lado ações para a “remoção de carbono” da atmosfera, como a restauração florestal, proteção dos manguezais e produção agroecológica de alimentos ([wribrasil.org.br](http://wribrasil.org.br)).

O Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (2021) demonstra que o atual nível do aquecimento global (1,1°C) é o indutor de efeitos como o aumento nos níveis dos oceanos e aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, a exemplo dos recordes de temperaturas alcançados em algumas regiões, especialmente nos polos gelados do planeta e em outras regiões apresentam períodos mais longos de estiagem na época de seca, seguidos por períodos com precipitações mais intensas em um curto espaço de tempo, ou seja, gerando extremos de secas e de inundações ao longo do ano. Caso o aquecimento global não seja contido rapidamente, vivenciaremos o seguinte cenário: com um aumento superior a 2°C, o sistema alimentar do planeta entra em colapso, pois grande parte dos cultivos de alimentos se definham e a vida é inviabilizada para muitas espécies, com um aquecimento de 4°C, bilhões de pessoas morrem e a grande maioria dos habitantes do planeta definham.

Portanto, se medidas drásticas não forem implementadas urgentemente e o ritmo do aquecimento global continuar nos padrões atuais, a nossa geração e mais radicalmente a dos nossos filhos presenciarão grandes desastres ambientais. Segundo o IPCC, mesmo reduzindo as emissões dos níveis atuais, alcançando um cenário intermediário de emissões de Gases de Efeito Estufa, a temperatura média global aumenta 1,5 até 2040; 2°C até 2060 e 2,7°C até 2100. É por esse estado de emergência que ambientalistas como Lester (2003) e Al Gore (2006) utilizaram a expressão “emergência climática”, bastante difundida nos últimos anos por muitas ativistas de projeção internacional como a jovem Greta Thunberg.

O desastre ambiental não é uma problemática da natureza, mas da interação entre meio ambiente natural e a falta de organização e estruturação da sociedade. Assim, o que chamamos de desastre natural é o fenômeno físico ou o processo natural

potencialmente prejudicial, que pode causar sérios danos socioeconômicos às comunidades expostas (GLATZ, 2021). Enfoque reiterado por Rocha (2021), ao afirmar que os desastres não são fatalidades, mas sim reflexos de um processo sem respeito e diálogo com a natureza, quando aborda a problemática da saúde coletiva.

A emergência climática é consequência de desigualdades históricas, construídas ao longo do modelo colonizador, racista e patriarcal e a região da América Latina e Caribe é altamente vulnerável e ameaçada pela crise climática, conforme ricamente descrita pela análise apresentada no estudo publicado pelo Movimento Nossa América Verde (2021).

Artaxo (2020), avalia que estamos vivenciando três crises com ligações profundas entre si, que provocam grandes impactos sociais e econômicos e afetam nosso planeta globalmente: 1) a crise na saúde; 2) a crise de perda de biodiversidade; e 3) a crise climática. Segundo ele, um ponto em comum importante é a origem no modelo de desenvolvimento econômico que é orientado pelo maior lucro no menor espaço de tempo, não importando as consequências futuras. Outro ponto comum é que, em geral, governos vão contra as recomendações da ciência, que vem alertando para os riscos e consequências dessas crises há décadas. Ressalta ainda, uma diferença entre as crises: a questão temporal. Enquanto a crise na saúde associada ao Sars-CoV-2 pode durar cerca de dois anos, o impacto das mudanças climáticas pode durar séculos e a perda de biodiversidade é para sempre.

No Brasil a crise climática potencializa os problemas sociais e ambientais decorrentes das desigualdades e injustiças que assolam o país. Artigo publicado por Marengo *et al.* (2021), demonstra que as mudanças no uso da terra promovidas pelo agronegócio na transição entre o leste da Amazônia e Cerrado aliadas aos efeitos das mudanças no clima podem promover agravamento dos períodos de secas severas no país, comprometendo as condições climáticas favoráveis à produção de alimentos em diversas regiões do país. Artaxo (2021) sistematiza informações preocupantes sobre o Brasil: alerta que o país já sofre com um forte aumento de temperatura – aumento médio por década de 24,47 °C em 1900 para 25,99°C em 2017, portanto um aumento de 1,52 °C em média enquanto a média global é de 1,1°C de 1850 a 2010. Também alerta que as mudanças climáticas vão muito além do aumento de temperatura. Alterações na precipitação, circulação atmosférica, eventos climáticos extremos, aumento do nível do mar e outros, também são questões chaves que impactam fortemente nosso sistema socioeconômico.

O Brasil ratificou o Acordo de Paris, comprometendo-se a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025, e 43% até 2030, em comparação com emissões

verificadas em 2005, e eliminar o desmatamento ilegal da Amazônia até 2025. Também, comprometeu-se a aumentar a participação da bioenergia na matriz energética para 18% até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030.

No entanto, tais metas exigem esforços consideráveis de toda a sociedade brasileira e ação articulada das esferas de governo e diferentes poderes públicos. Mas, não é isso que presenciamos: temos registrado o aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos que ceifam vidas e impactam sobremaneira a população brasileira, especialmente as populações mais pobres e marginalizadas; a economia e o funcionamento dos ecossistemas. Ao mesmo tempo, essa pauta não é presente de forma sistêmica nos debates públicos nos momentos de eleições dos representantes para os cargos do executivo e legislativo. O resultado das eleições de 2022 configura um triste cenário para o Brasil, em razão da composição do Congresso Nacional com maioria de representantes contrários ou pouco engajados com as políticas públicas essenciais para o enfrentamento, mitigação e adaptação às emergências climáticas associadas ao avanço da justiça social.

Mesmo diante desse contexto desolador, a eleição do presidente Lula em 2022 acendeu uma chama de esperança no sentido de um ambiente mais favorável para o diálogo entre o poder executivo e os movimentos socioambientais do país em torno da reconstrução do posicionamento do Brasil, enquanto liderança mundial em políticas públicas ambientais. Aliado a esse novo posicionamento, é crucial a necessidade de avanço e superação do histórico de violências, desigualdades e injustiça social que o país enfrenta desde o início de seu processo de invasão e colonização.

Nesse contexto, é articulada a Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática em um estado emblemático por ser um dos estados que mais contribuiu com o desmatamento do Cerrado nos últimos dez anos no Brasil e registros de casos de violência no campo. Então, a Coalizão busca contribuir para a redução das assimetrias de poder, atuando no aspecto do acesso a informações qualificadas e condições para a disseminação de notícias e conteúdos produzidos diretamente pelas comunidades com narrativas que reiteram a necessidade de rompimento das invisibilidades para construir-se justiça, além de promover maior participação de organizações de base comunitária na Agenda do Clima.

A mobilização da Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática foi iniciada em 2021 pelo ISPN em diálogo com organizações parceiras do instituto, as quais

desenvolvem iniciativas comunitárias apoiadas pelo Fundo de Promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais – PPP-ECOS no estado do Tocantins, diante de uma oportunidade inspirada pelo edital de apoio a projetos lançado pelo Programa Vozes pela Ação Climática Justa - VAC, uma aliança global que articula seis organizações: WWF, Hivos, Fundación Avina, SouthSouthNorth (SSN), Akina Mama wa Afrika e Shack Dwellers International. O Programa VAC é financiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Holanda e atua em sete países do Sul Global: Brasil, Bolívia, Indonésia, Paraguai, Quênia, Tunísia e Zâmbia.

A mobilização da coalizão se deu no processo de construção participativa do projeto submetido e aprovado pelo Programa VAC, iniciando sua implementação a partir da primeira reunião do Conselho Gestor realizada em Palmas, em fevereiro de 2022. Em síntese a Coalizão vem desenvolvendo sua estratégia por meio de uma agenda política de influência em políticas públicas e *advocacy*; de um plano de comunicação para dar visibilidade às denúncias de violações de direitos e proposições da coalizão para soluções climáticas no estado; e por meio do plano do curso em justiça climática e comunicação.

Segue abaixo uma apresentação sintética das organizações que compõem a Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática:

- **O Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN** é uma organização da sociedade civil sem fins econômicos com sede em Brasília e escritório em Santa Inês (MA). Desde 1990 atua pelo desenvolvimento com equidade social e equilíbrio ambiental, por meio do fortalecimento de meios de vida sustentáveis e estratégias de adaptação e mitigação às mudanças do clima. Para tanto, seus projetos valorizaram os saberes, as práticas locais e as organizações comunitárias, além de apoiar a inclusão socioproductiva e proteger os direitos das populações do campo. Nesse sentido, democratiza o acesso a recursos para projetos comunitários que dialogam com a agenda global do clima, além de articular e incentivar a participação social para incidência em políticas públicas relevantes para a sociedade e o meio ambiente. Em 1994, o ISPN foi selecionado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) para coordenar no Brasil, o *Small Grants Programme* SGP/GEF, de investimentos em projetos comunitários relevantes para conservação da biodiversidade, existente em mais de 120 países. No Brasil, com a sigla PPP-ECOS (programa de pequenos projetos ecosociais) focou sua atuação no Cerrado. A partir de 2013, o ISPN ampliou a área de atuação do PPP-ECOS para os biomas Amazônia e Caatinga e, posteriormente, atualizou sua sigla para contemplar sua estratégia de

Promoção de Paisagens Produtivas Ecosocias, que inclui o apoio a projetos por meio do Fundo PPP-ECOS. Em síntese, até 2022, o Fundo PPP-ECOS apoiou 638 projetos, cerca de 100 milhões de reais em diversos temas relevantes para organizações de base comunitária e de organizações não governamentais de assessoria na Amazônia, Cerrado e Caatinga.

– **A Associação Indígena Pyka Méx – Povo Apinajé** tem como finalidade desenvolver trabalhos de cunho ambiental, educacional e promover intercâmbio entre os povos indígenas valorizando o conhecimento tradicional. Desde 2014 a Associação vem buscando estabelecer parcerias para desenvolver projetos de conservação ambiental como estratégia para conter o avanço dos efeitos predatórios do agronegócio no entorno e dentro do território Apinajé. Simultaneamente à essas ações de conservação ambiental, temos dado continuidade ao plantio de roças de coivara utilizando sementes passadas de geração a geração e sempre guardadas pela comunidade, assegurando nossa segurança e autonomia alimentar. A associação mobiliza diretamente 400 indígenas referente a população da Aldeia Prata, sede da Associação Pyka Méx. De forma, indireta e principalmente por meio de capacitações e/ou oficinas promovidas pela Associação para lideranças de outras aldeias, mobiliza aproximadamente 800 pessoas, contemplando o aspecto geracional e de gênero. A população total, de acordo com os dados oficiais divulgados em 2014, pela SIASI/SESAI, são 2.342 indígenas Apinajé.

– **A Associação Central Cultural Kyjre – Povo Krahô** tem sede na aldeia Pedra Branca (T. I. Krahô) e, desde sua criação, em 2003, possui grande protagonismo na articulação e na mobilização do povo Krahô, desenvolvendo diversos projetos educacionais e socioambientais voltados para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento cultural do povo Krahô. A Associação mobiliza diretamente mais de 1000 indígenas da TI Kraho, considerando as aldeias mais próximas da aldeia Pedra Branca. Também representa povo Krahô na luta pelos direitos indígenas.

– **A Associação Quilombola Kalunga do Mimoso Tocantins - AKMT** foi criada em 2005 com o objetivo de defender os direitos e interesses das comunidades remanescentes dos Kalunga no município de Arraias, TO, dentro dos limites de sua área territorial e lutar pela regularização fundiária e mediação de conflitos, promovendo o desenvolvimento agrário sustentável da região. Atua em várias frentes para garantir infraestrutura, organização social e lutar pelos direitos das comunidades do território. Desde 2019, a associação em parceria com o

curso de Turismo da UFT (Campus de Arraias), no qual estudam jovens quilombolas do território, vem construindo uma proposta de desenvolvimento a partir do turismo de base comunitária – TBC na comunidade. Após a aprovação do projeto “Uso sustentável do Patrimônio Cultural e Natural da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso –Arraias”, em 2020 iniciou sua implementação com apoio do Fundo para a Promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais – PPP-ECOS. Atua em todo o território junto às 250 famílias (em torno de 1.500 pessoas) quilombolas.

– **A Associação Onça D’Água - OD** foi criada em 2003, com os objetivos de promover a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável; apoiar a gestão e o manejo das Unidades de Conservação do Estado do Tocantins; estabelecer parcerias para gerir e manejar unidades de conservação; apoiar as comunidades do interior e entorno das unidades de conservação na busca de alternativas econômicas de produção sustentável, entre outros. Entre 2004 a 2010, a OD liderou projetos estruturantes na APA e entorno do Parque Estadual do Jalapão, criando uma rede colaborativa entre moradores das comunidades residentes nestas UCs, órgãos públicos locais e estaduais, universidades, conselhos e voluntários, numa ação que resultou na implantação da Rede Jalapão de Produtos Artesanais focando no fortalecimento da atividade produtiva e geração de renda de famílias agroextrativistas. Também possui experiência em capacitação para o monitoramento, prevenção e combate a incêndios florestais, envolvendo jovens brigadistas. Na região oeste, na APA Ilha do Bananal/ Cantão, no entorno do Parque Estadual do Cantão, a OD coordenou o projeto de implantação do Programa de Proteção, Uso Público e Monitoramento do referido parque, envolvendo em capacitações e oportunidades de geração de renda um grupo de pequenos produtores, barqueiros e pescadores locais em atividades de ecoturismo previstas para a UC, no período de 2012 a 2014. Embora não tenha executado nenhum projeto na região sudeste, a OD está em articulação com alguns grupos para compreender a dinâmica local de agricultores e extrativistas, além de artesãs usuárias do capim dourado. Esta região é uma das que mais sofrem anualmente com os períodos de estiagem e a qual faz parte das Áreas Prioritárias para Conservação descritas no Zoneamento Agroecológico do Tocantins, em função de sua fragilidade ambiental, além de um recente movimento de organização da atividade de turismo de Natureza.

– **A Universidade Federal do Tocantins - UFT** foi fundada em 2000 e sua missão é formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da

Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade. É uma universidade com grande capilaridade e boa repercussão em todo o estado do Tocantins e em diversos espaços de construção de políticas públicas. Possui cinco campi espalhados no estado, além dos dois campi que recentemente, passaram para Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFT, mas que estão articulados à rede de atuação da UFT. Participam diretamente da Coalizão, docentes que compõem o Neruds – Núcleo de Estudos Rurais, Desigualdades e Sistemas Socioecológicos e docentes do Campus de Araias-TO, com atuação no fortalecimento da região Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, dando ênfase a participação comunitária, identidade afrodescendente e indígena, colaborando com o fortalecimento do patrimônio Cultural e Natural das comunidades e das populações cerratenses, voltada para inclusão social, cultural e econômica.

– A **COOPTER – Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural** é uma organização da sociedade civil de direito privado fundada em 1997 com o objetivo de prestar serviços e assessoria técnica diferenciada voltada ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e da economia solidária no Brasil, por meio da formação, da organização e da agroecologia, de modo a alcançar o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental. Atua em todo o estado do Tocantins e também vem desenvolvendo o projeto para potencializar e implementar o acordo de pesca para a gestão comunitária e sustentável da pesca artesanal e esportiva em Araguacema em parceria com a Colônia de Pesca de Araguacema, apoiado pelo ISPN.

– A **Colônia de Pesca dos Pescadores e Pescadoras de Araguacema Z-05** organiza 110 pescadores e pescadoras na defesa dos direitos e da atividade tradicional da pesca artesanal, comum nesta região inserida na Área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal/Cantão. Desenvolve a implementação do Acordo de Pesca para a Gestão Comunitária e Sustentável da Pesca Artesanal e Esportiva com o objetivo realizar o manejo sustentável da pesca artesanal e esportiva em Araguacema, gerando renda, conservando os recursos naturais e reduzindo o desmatamento, a partir da participação comunitária.

– A **Associação Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio – AEFABIP** é uma organização da sociedade civil que desenvolve a educação contextualizada de filhos de agricultores familiares, quilombolas e pescadores pertencentes a 12 municípios da região do Bico do Papagaio no Tocantins. É uma

escola de tempo integral e pedagogia de alternância que desenvolve seus conteúdos curriculares tendo a agroecologia como tema gerador para diversas disciplinas. Sua missão institucional é promover a educação do campo com qualidade, garantindo o acesso, a permanência com sucesso na escola, a sucessão rural e o desenvolvimento rural sustentável. Com apoio do ISPN, desenvolve o projeto “Educação do Campo e a Agroecologia: Caminhos para a Juventude Camponesa do Bico” com o objetivo de fortalecer a educação do campo na região do Bico do Papagaio, ajudando a associação a fortalecer a atuação da EFABIP na região de forma a transformar a escola em referência de produção agroecológica para os agricultores familiares, assim como a fazer a educação do campo e a agroecologia romper os limites físicos da EFABIP e chegar às comunidades camponesas e tradicionais do Bico do Papagaio, de forma a disseminar as experiências de sucesso, sendo um instrumento para garantir a sucessão rural, o protagonismo juvenil e contrapondo os avanços e impactos do agronegócio nas propriedades familiares da região do Bico do Papagaio.

– **O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST** foi organizado no Brasil a partir dos anos 1980, motivado por uma conjuntura econômica, política e social que gerava um quadro de insatisfação social no campo e na cidade, contribuindo assim para o surgimento de intensas manifestações que ocorreram a partir dos anos de 1970 e 1980. No estado do Tocantins as primeiras ações do MST retomam a continuidade do processo de luta pela terra iniciado pela organização promovida por Padre Josimo Tavares, assassinado em maio de 1986.

O MST no Tocantins é estruturado a partir de 1997, com a ocupação da Fazenda W.M no município Palmeiras do Tocantins, resultando assim na criação do primeiro assentamento do MST no estado. Nesse período também foram realizadas diversas atividades com entidades sociais na cidade de Araguaína-TO, que resultaram em ocupações de latifúndios e instalações de acampamentos em diversas localidades. O MST-TO já contribuiu diretamente para a implantação de 15 projetos de assentamentos, totalizando mais de 1.116 famílias camponesas assentadas.

## 4. Contexto Socioambiental do Território do Tocantins

Considerando todo o estado do Tocantins como área de atuação da Coalizão, seguem alguns aspectos do estado que fundamentaram a articulação dessa rede e também a estruturação do curso. O Tocantins é o mais recente estado brasileiro, criado em 1988 e ao ser desmembrado de Goiás, passou a pertencer à região Norte do Brasil, tendo a totalidade do seu território pertencente à Amazônia Legal, abrigando os biomas Cerrado e Amazônia e suas transições, é detentor de megabiodiversidade e grande provedor de serviços ecossistêmicos associados. O desafio da sustentabilidade e conservação destes sistemas reguladores do clima está intimamente associado à presença de territórios protegidos e conservados por agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, sejam indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, agroextrativistas, entre outros segmentos.

Apesar da importância da conservação do Cerrado para a regulação do clima e segurança hídrica, o Tocantins segue na contramão da sustentabilidade. Segundo o INPE (2023), o estado amarga um dos maiores índices de desmatamento do Cerrado - no período de 2001 a 2022 acumulou 48,2 mil Km<sup>2</sup> de área de Cerrado convertida em monoculturas, principalmente. Esse alto índice de desmatamento está diretamente relacionado à sua governança territorial e a gestão ambiental deficitária desempenhada pelo governo estadual – em 2021, o estado do Tocantins aprovou a Lei Estadual do Licenciamento Ambiental (Lei 3.804/21) que trouxe um alto grau de irresponsabilidade ambiental por flexibilizar e facilitar os processos de licenciamento ambiental, ou a sua dispensa direta, de empreendimentos que oferecem potencial de impactos ambientais, além de não garantir a transparência nos processos, tornando a norma estadual menos restritiva que a normativa nacional, o que é inconstitucional. Os efeitos dessa lei foram tão graves que o Ministério Público Estadual ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) demonstrando a ilegalidade em 19 artigos dessa lei.

Em relação a governança fundiária, segundo levantamento realizado pelo Observatório do Matopiba (SAUER, 2020), o Tocantins possui 27,7 milhões hectares, sendo 34% deste total classificadas como terras não destinadas ou sem identificação da destinação, mas que configura-se por uma imensidão territorial (9,4 milhões de hectares) com forte presença de comunidades tradicionais invisibilizadas pelos dados oficiais. Sem a devida intervenção do Estado para fazer valer a função social da terra prevista em nossa Constituição Federal, cria-se o ambiente favorável aos conflitos fundiários e foco do avanço desordenado para conversão do Cerrado em grandes monoculturas de soja e

pastagens, empreendimentos de mineração, entre outros. Dados dos relatórios sobre a violência no campo da CPT (2022) demonstram a elevação do número de conflitos e violência no campo a partir de 2015 no estado.

O restante do estado, 66% do seu território, possui destinação fundiária, sendo a maior parte destinada a propriedades privadas. Os conflitos se intensificam à medida que o agronegócio avança por esta porção “não destinada”, ou seja, terras públicas não regularizadas pelo Estado, mas que em sua maioria são tradicionalmente ocupadas ou ainda, comportam acampamentos de populações sem terra, que reivindicam a reforma agrária. Em ambos os casos, territórios tradicionalmente ocupados e reforma agrária, são assegurados pela Constituição Federal, como prioridades para a destinação e regularização fundiária de áreas públicas não destinadas. Esta realidade configura-se como mais um direito constitucional violado pelo Estado brasileiro.

Essa problemática é enraizada no modelo de desenvolvimento em implantação no estado do Tocantins – o único com toda a sua extensão territorial abrangida pelo Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Matopiba), que mesmo inativo atualmente dentro da estrutura do Estado brasileiro, tornou-se uma expressão conhecida para designar a região de expansão da fronteira agrícola no Brasil, que amarga os maiores índices de desmatamento e violência no campo no Cerrado nos últimos 10 anos. Diversos estudos sistematizados pelo Observatório do Matopiba evidenciam essa realidade. Em especial no caso do Tocantins, Sauer et al. (2020) levantam as diversas alterações na legislação ambiental e fundiária do estado e a implementação de programas governamentais que propiciaram a expansão do agronegócio e apropriação privada de terras públicas, muitas delas tradicionalmente ocupadas por povos do Cerrado que foram surpreendidos com “novos donos” de seus territórios.

Esse contexto não é só mais desolador porque o estado também possui diferentes frentes de resistência, articulações da sociedade civil organizada, movimentos sociais e projetos estratégicos realizados em parceria com as universidades do estado, que dentre outras frentes atuam para influenciar a elaboração e implementação de políticas públicas adequadas à conservação ambiental e reconhecimento do papel dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais para o desenvolvimento do estado.

Apenas para citar algumas dessas frentes destacamos o trabalho de denúncia e julgamento de casos de violação de direitos humanos, realizado pelo Tribunal Permanente dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado; a forte inserção em comunicação e outras ações estratégicas da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado;

o trabalho de organização e mobilização das quebradeiras de coco babaçu realizado pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB; a articulação dos povos indígenas promovida pela Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins – ARPIT; o trabalho consistente de fortalecimento da agroecologia em todo o estado, promovido pela Articulação Tocantinense de Agroecologia – ATA; a articulação e organização de comunidades em mais de 40 territórios quilombolas promovido pela Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins – COEQTO; a atuação consistente pela reforma agrária e luta pela permanência na terra realizada pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST; dentre outros. Com o objetivo maior de somar-se a essa grande coalizão de forças que apontam para um novo modelo de desenvolvimento, no qual os direitos humanos e a justiça social são determinantes que a Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática inicia suas atividades em 2022.

Nesse sentido, a perspectiva da agenda da Coalizão Vozes do Tocantins dialoga diretamente com a promoção de justiça climática por meio da defesa da conservação por meio do uso sustentável promovido por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, constituindo-se um importante tema gerador no plano de curso, visto que a conservação das florestas, das savanas, áreas úmidas e outros ecossistemas naturais do Tocantins é um elemento fundamental para a regulação do clima associado à valorização das comunidades que protegem e manejam esses ecossistemas. Essa relação entre os territórios de povos e comunidades tradicionais e a conservação ambiental por meio de territórios manejados e protegidos por comunidades é amplamente evidenciada por estudos científicos, como demonstram os estudos de Diegues (1999); Silva et al. (2020) e FAO (2021).

## 5. Metodologia

Esse trabalho é caracterizado pela categoria “produto” previsto na modalidade de mestrado profissional, tendo um caráter prático e de natureza aplicada, no qual descrevo o percurso metodológico percorrido na estruturação do plano do curso, com enfoque na minha atuação direta na condução e coordenação desse processo.

Primeiramente, para fundamentar a discussão sobre os temas trazidos no processo de estruturação do plano do curso realizei uma revisão bibliográfica sobre os temas correlatos, utilizando as referências consultadas para as discussões sobre mudanças do clima e justiça climática com organizações que implementam projetos socioambientais apoiados pelo fundo PPP-ECOS do ISPN e também junto aos membros da Coalizão.

A ideia da formação em justiça climática e comunicação voltada para jovens do Tocantins iniciou durante o processo de concepção do projeto enviado ao financiador, em maio de 2021, no qual eu facilitei reuniões remotas, assim realizadas em virtude das restrições ainda sofridas neste período pela Pandemia Covid-19. Essas reuniões foram realizadas com diretores e assessores de três organizações de base comunitária que se envolveram desde o início da proposta – associações Kalunga do Mimoso, Apinajé e Krahô, além da ONG Onça D’Água e docentes da UFT – Campus de Arraias. Nessas reuniões discutimos a partir de questões orientadoras sobre os problemas que as comunidades enfrentam em decorrência das mudanças do clima e das dificuldades em acessar políticas públicas, bem como, sobre as preocupações com a participação dos jovens nos processos de luta por direitos.

Dentre os problemas analisados, foram priorizados pelo coletivo: i) a insuficiência de vozes representativas de povos e comunidades tradicionais do estado do Tocantins na Agenda do Clima; ii) a dificuldade de acompanhar os debates sobre o clima e sobre algumas políticas por falta de domínio dos conceitos e acesso a informações qualificadas; iii) a invisibilidade dos problemas vivenciados pelas comunidades nos meios de comunicação de grande circulação, tanto em nível estadual quanto nacional; iv) a necessidade de motivar e instrumentalizar jovens das comunidades para assumirem o papel de lideranças e dar continuidade às lutas por direitos travadas cotidianamente pelas lideranças das comunidades. Também foram ressaltados os desafios e as potencialidades de se iniciar um processo de articulação em rede entre essas organizações, com áreas de atuação bem diferentes e que não possuíam experiência de articulação entre si.

Portanto, após o levantamento dos temas e ações estratégicas para uma atuação em rede no estado e também, orientados pelas linhas temáticas previstas no edital do Programa Vozes pela Ação Climática Justa (VAC), definimos o escopo do projeto, fundamentado na articulação em rede de organizações do Tocantins para desenvolver três planos estratégicos: comunicação, influência em políticas públicas (*advocacy*) e formação.

Outro insumo importante, que inspirou o processo inicial de concepção do Plano do Curso, foi a iniciativa exitosa realizada pelo ISPN em 2019, baseada na experiência e aprendizados gerados pelo curso de formação de agentes de mudança realizado no Oeste da Bahia, em parceria com o IDS, o qual eu também estava diretamente envolvida. Essa experiência está sistematizada na publicação “*Cerrativismo – uma experiência inspiradora para formação de agentes de mudança*” (ISPN, 2021), disponível em: <https://ispn.org.br/cerrativismo-uma-experiencia-inspiradora-para-formacao-de-agentes-de-mudanca/>

Após a aprovação do projeto, o plano do curso voltou a ser debatido e sua ideia inicial consolidada, no âmbito do conselho gestor da Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática, em fevereiro de 2022, com a participação das dez organizações que compuseram a Coalizão nesse momento. O plano do curso foi estruturado por meio de um processo participativo, envolvendo cerca de vinte cinco pessoas, representantes das dez organizações que compõem a coalizão.

A metodologia de trabalho escolhida dialoga com os princípios da pesquisa-ação. Thiollent (1992) a sintetiza como um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, sendo que os participantes representativos do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Nunes & Infante (1996), complementa ao explicar que a pesquisa-ação busca desenvolver técnicas e conhecimentos necessários ao fortalecimento das atividades desenvolvidas, utilizando dados da própria organização e valorizando o saber e a prática diária dos profissionais envolvidos, aliados aos conhecimentos teóricos e experiências adquiridas.

A etapa final do plano do curso foi realizada em uma oficina em Araguaína-TO, em agosto de 2022, na qual fui a moderadora. Após a pactuação dos objetivos do curso, os 24 participantes (membros do conselho e representantes das 10 organizações da

Coalizão) foram orientados pela metodologia “Café Mundial”<sup>4</sup>. Resumidamente, nesta metodologia são organizadas mesas temáticas simulando o ambiente descontraído de um café, com música ambiente, mesas contendo papéis, canetinhas e outros materiais didáticos criativos. Os participantes escolhem aleatoriamente uma mesa temática, com limite de vagas pela quantidade de cadeiras dispostas junto a cada mesa, formando assim um grupo temático. Cada grupo discute por um período de tempo um tema a partir de questões orientadoras. Com apoio de um facilitador é estabelecido o tempo para cada rodada de discussão. Ao final de cada rodada os participantes se levantam e escolhem outra mesa temática para dar sua contribuição ao debate e assim sucessivamente até todos os participantes percorrem todos os temas. A exceção é apenas para os anfitriões de cada mesa que são fixos e ficam para receber o novo grupo, repassar o que já foi discutido e registrado pelo grupo anterior e animar a próxima rodada de discussão.

Em nosso caso específico foram organizadas quatro mesas temáticas: i) temas geradores do curso; ii) critérios de seleção dos jovens e composição da turma; iii) estrutura (locais, propostas de datas dos módulos presenciais, tutoria, etc.); e iv) perfil de entrada e de saída dos jovens. O resultado desse processo de discussão encontra-se sistematizado no plano do curso (Apêndice).

Durante a oficina também foi criada a Comissão Político Pedagógica do Curso<sup>5</sup>. Após todo esse processo coletivo de produção de conteúdos, pactos sobre o formato, direcionamentos e definições coube a mim, a estruturação e redação do plano do curso no formato apresentado em Apêndice.

Por fim, a proposta do plano do curso foi entregue com antecedência a todos os conselheiros da Coalizão e aprovada na reunião do conselho realizada em Palmas-TO nos dias 02 e 03 de dezembro de 2022, encerrando-se a etapa delimitada desse trabalho.

---

<sup>4</sup> Essa metodologia é bastante difundida em processos de diálogo participativos pelo mundo e você poderá encontrar guias e mais informações em <http://www.theworldcafe.com>.

<sup>5</sup> Componentes da Comissão Político Pedagógica do Curso que atuaram na construção do plano: Silvana Bastos (ISPN), Vitor Aratanha (Associação Kajrê Krahô), Renata Rauta Petarly (Neruds/UFNT), Valdirene Gomes dos Santos de Jesus (UFT/Campus de Arraias-TO), Ana Claudia Macedo Sampaio (UFT – Campus de Arraias-TO), Letícia Fernandes de Santana (AKMT Kalunga), Jorge Luís Roberto Lima (MST). Atualmente a comissão foi ampliada e conta com a participação de 14 pessoas ligadas a 8 organizações da Coalizão.

## 6. Considerações finais.

Primeiramente, lamento que o desenvolvimento da proposta inicial do meu projeto de pesquisa qualificado “a percepção de povos e comunidades tradicionais do Tocantins sobre as mudanças do clima” não foi viabilizado em virtude da informação dada pela coordenação do MESPT, em outubro de 2022, de que o prazo final para a defesa seria em fevereiro/2023, o que não se confirmou depois, visto que em janeiro de 2023 fui informada que o prazo havia mudado e não dava mais tempo de realizar as atividades de campo da pesquisa, planejadas anteriormente para dezembro/22 e janeiro/23, o que me levou já em outubro/22 a redirecionar e acomodar a entrega para cumprir devidamente os prazos do MESPT/UnB.

Por fim, o registro do processo de construção do plano do curso para formação de jovens em justiça climática e comunicação, compondo o portfólio de dissertações e trabalhos do MESPT é um convite a novas experiências de educação inovadoras e interculturais junto a povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Espero que esses processos de educação, além dos conteúdos, contemplem o aprendizado gerado pela vivência intercultural de diferentes segmentos de povos e comunidades tradicionais, por meio da imersão na realidade das comunidades e pelo estímulo a redes de afetos e amizades entre povos tão diferentes e ao mesmo tempo com desafios tão comuns, possam contribuir para o fortalecimento e consolidação da “Aliança dos Povos” almejada por grandes lideranças, como Chico Mendes e Raoni.

O curso da Coalizão Vozes do Tocantins pretende contribuir nesse sentido. A próxima etapa de implementação do plano de curso em quatro módulos presenciais, por meio de imersões em quatro territórios: Aldeia Pedra Branca na TI Krahô, Aldeia Prata da TI Apinajé, Acampamento Olga Benário do MST em Guaraí-TO e Território Quilombola Kalunga do Mimoso em Arraias-TO, além dos três tempos comunidade, será a fase mais desafiadora e também a mais importante porque é nela que comprovaremos e testaremos toda a intencionalidade, objetivos e premissas que fundamentaram a estruturação do plano.

Em termos de lições aprendidas nesse processo de revisitar a construção do plano de curso sob a ótica de uma pesquisadora, buscando também um olhar mais distanciado e reflexivo sobre o processo, destaco a contribuição das reflexões e conteúdos desenvolvidos pelo MESPT, que propiciou, por exemplo, levantar a importância da perspectiva da interculturalidade crítica no curso – o plano pedagógico inicial não contempla essa perspectiva. Para desenvolvê-la é necessário muito mais que a intenção.

De forma espontânea, somente pelo fato da turma ser intercultural (indígenas, quilombolas, agricultores familiares, acampados, pescadores e quebradeiras de coco babaçu) não garantimos um processo de interação positiva, no qual as diferenças são respeitadas e potencializadas para gerar alianças. Essa tomada de consciência trouxe um desafio maior na etapa de implementação do plano, de privilegiar momentos de problematização com a turma sobre o processo histórico de violência do colonialismo e das relações interculturais por ele imposto e que permanece e se reproduz até o presente nas relações institucionais e do Estado com essas comunidades. Contribuir para uma leitura crítica voltada a formação dos jovens enquanto agentes de mudanças, mais preparados para enfrentar esse debate nos seus campos de atuação e de relações passa a ser mais um desafio da etapa de implementação do plano.

Outra reflexão oportunizada por esse trabalho foi a de compreender o tamanho do desafio que essa proposta de formação carrega em termos de complexidade e densidade dos temas e, principalmente, em termos metodológicos e instrumentos pedagógicos para caminhar rumo aos seus objetivos, o que contribuiu para nos alertar sobre a necessidade de prever um bom planejamento flexível, prevendo adversidades, limites e a necessidade de fazer escolhas, priorizar temas e atividades a partir da influência, ritmo e condução que a própria turma do curso irá desempenhar a partir do primeiro módulo.

## 7. Referências

ALMEIDA, Débora. **Plano Pedagógico do Curso para Formação de Lideranças junto ao Projeto Cerrativismo**. Relatório de Consultoria do Instituto de Desenvolvimento Social – IDS entregue ao Instituto Sociedade, População e Natureza. Brasília-DF, Abril, 2019.

ARTAXO, Paulo. **As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas**. Artigo publicado na Revista Estudos Avançados, número 34 pg. 100, 2020.

BRUNO, Kenny; KARLINER, Joshua; BROTSKY, China. **Greenhouse Gangsters vs Climate Justice**. São Francisco: Transnational Resource and Action Center (TRAC), 1999.

BURIGO, A.C.; PORTO, M.F.S. **Trajetória e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia. Saúde e Debate**. Rio de Janeiro. V.43 N.Especial 8 pg 248-262, Dez 2019.

CARVALHO, Marcos B. **Racismo Ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas**. Artigo publicado em 09/12/2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/> Acesso em 20 de junho de 2023.

CPT. **Conflitos no campo 2022**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14302-livro-2022-v21-web> acesso em 20 de março de 2023.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: maio de 1999. MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 211 pg. Disponível em: <http://www.livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf>, acessado em 16 de maio de 2022.

EGR - **Emissions Gap Report. Unep, 2020**. Disponível em <https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report>. Acessado em 10 de fevereiro de 2022.

FAO, **Los pueblos indígenas e tribales y la gobernanza de los bosques: una oportunidad para acción climática en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 2021.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1985. Pedagogia do oprimido. 17 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. NOGUEIRA, Adriano. **Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes; 1993.

GLATZ, Pedro et al. **Um breve estudo sobre as mudanças climáticas, as desigualdades históricas e a urgência de cooperação pela justiça na América Latina e Caribe**. Nossa América Verde. Dezembro de 2021.

INPE. **Monitoramento das taxas de desmatamento no Brasil.** [HTTPS://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/cerrado/increments](https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/cerrado/increments). Acessado em 20 de junho de 2023.

IPCC 2021.WMO UNEP, 2021. **Contribuições do Grupo de Trabalho I ao Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima.** Disponível em <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>. Acesso em 20 de abril de 2022.

ISPNI; IDS. **Cerrativismo: uma experiência inspiradora para a formação de agentes de mudança no Oeste da Bahia.** Brasília-DF, 2021. Cartilha disponível em <https://ispn.org.br/cerrativismo-uma-experiencia-inspiradora-para-formacao-de-agentes-de-mudanca/>. Acesso em 12 de abril de 2022.

KNOWLDES, Malcolm S. **The Modern Practice of Adult Education: Andragogy Versus Pedagogy.** New York: Association Press, 1970.

LOUBACK, Coutinho Andréia org. **Quem precisa de Justiça Climática no Brasil?** Observatório do Clima, 2023. Disponível em <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/08/Quem-precisa-de-justica-climatica-DIGITAL.pdf>

MARENGO, José Antonio et ali. **Increased climate pressure on the agricultural frontier in the Eastern Amazonia–Cerrado transition zone.** Cientific Repors Nature. 2021.

NOSSA AMÉRICA VERDE. **Um breve estudo sobre as mudanças climáticas, as desigualdades históricas, e a urgência de cooperação pela justiça na América Latina e Caribe.** 2021.

NUNES, Joaquim Moreira; INFANTE, Maria. **Pesquisa Ação uma metodologia de consultoria.** Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venância, org. Editora Fiocruz, 1996. 224p.

Observatório do Clima. <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/04/IPCC-WG3-resmo-OC.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2022.

Observatório do Clima. **Acordo de Paris: Um guia para os perplexos.** Acesso em 13 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/>

ROB, Wallace. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência.* Elefante & Igra Kniga. Agosto de 2020.

ROBINSON, Mary. **Justiça climática: esperança, resiliência e a luta por um futuro sustentável.** Ed Civilização Brasileira; Instituto Alana; Laclima. 2021. 184pg.

ROCHA, Vania; LONDE, Luciana. **Desastres: velhos e novos desafios para a saúde coletiva.** Abrasco. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, Beatriz F.R. **Percepção Ambiental na Região do Médio Rio Negro associada à ocorrência de eventos hidrológicos extremos.** 2015. 140fls. (Tese Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas. 2015.

SAUER, Sergio et al. **Observatório de Conflitos Socioambientais no MATOPIBA. Levantamento de Legislações Ambiental e Fundiária no Estado do Tocantins.**

Universidade de Brasília, 2021.

SILVA, Marciano Toledo; SOLDATI, Gustavo Taboada; DALLAGNOL, Andre (ORG). **Nossos conhecimentos sobre a Sociobiodiversidade: Salvaguardando uma Herança Ancestral**. Terra de Direitos, maio, 2020.

The Climate Reality. Disponível em <https://www.climate realityproject.org/>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1992

VAC. **Glossário do Programa Vozes pela Ação Climática Justa**, 2021. <https://voicesforjustclimateaction.org/?lang=pt-br> Acessado em 20/06/2023.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas**. Visão Global. Joaçaba, v15, pg 61-74, jan/dez 2012.

WRI Brasil. **Relatório Especial sobre o Aquecimento Global de 1,5°C**. Disponível em <https://wribrasil.org.br/pt/blog/clima/relatorio-ipcc-2022-impactos-mudancas-climaticas-adaptacao>, 2021. Acessado em maio de 2022.

## **Apêndice – Plano do Curso**

### ***Plano Pedagógico***



### ***Curso Modular para Formação de Jovens em Comunicação & Justiça Climática***

***Aprovado em 03 de dezembro de 2022  
na 3ª Reunião Presencial do Conselho da  
Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática***

## Apresentação

O presente plano pedagógico integra o projeto “Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática”, coordenado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN e apoiado pelo Programa Vozes pela Ação Climática Justa - VAC, uma aliança global que articula seis organizações: WWF, Hivos, Fundación Avina, SouthSouthNorth (SSN), Akina Mama wa Afrika e Shack Dwellers International. O Programa VAC é financiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Holanda e atua em sete países do Sul Global: Brasil, Bolívia, Indonésia, Paraguai, Quênia, Tunísia e Zâmbia.

A Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática articula dez organizações<sup>6</sup> com o objetivo de ampliar e qualificar a atuação e a visibilidade de quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, assentados e acampados da reforma agrária e agroextrativistas na defesa dos seus direitos, na luta por políticas públicas apropriadas e implementadas, bem como, na inserção de jovens e organizações comunitárias do Tocantins no debate global sobre justiça climática e sobre a Agenda do Clima da Amazônia, por meio de formação continuada de jovens, fortalecimento de organizações de base comunitária e estratégia integrada de comunicação & *advocacy*.

Esse documento é fruto de um processo de discussão realizado pelo conselho da coalizão, que iniciou em fevereiro de 2022 em sua primeira reunião, foi aprofundado e traçado diretrizes e conteúdos em agosto e aprovado no dia 03 de dezembro na 3ª reunião presencial, com a presença e participação das 10 organizações do conselho.

## Contexto

No Brasil a crise climática é moldurada pelo quadro de desigualdades, violação de direitos, violência no campo e injustiças que distanciam e retardam o processo de amadurecimento e consolidação da democracia brasileira e da materialização dos direitos previstos em nossa Constituição. Um dos elementos desse quadro é a insuficiência de vozes representativas de povos e comunidades tradicionais nos espaços de negociação,

---

<sup>6</sup>**Ongs/assessoria:** 1) ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza, 2) Associação **Onça D’Água** de apoio à Gestão e ao Manejo das Unidades de Conservação do Tocantins e 3) **Coopter** – Cooperativa Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural. **Organizações de base comunitária:** 1) Associação Quilombola **Kalunga do Mimoso** Tocantins – AKMT, 2) Associação Indígena **Pyka Mex – Povo Apinajé**, 3) Associação Central Cultural **Kyjre – Povo Kraho**, 4) **Colônia de Pescadores** e Pescadoras de Araguacema. **Ensino:** 1) UFT - Universidade Federal do Tocantins e 2) EFA - Escola Família Agrícola de Esperantina. **Movimento Social:** MST – Mov dos Trabalhadore/as Rurais Sem Terra.

construção de acordos e visibilidade da Agenda do Clima, seja em nível internacional, a exemplo das Conferências das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COPs do Clima), seja em nível nacional, como nos espaços de construção e implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

O estado do Tocantins abriga os biomas Cerrado, Amazônia e suas transições, portanto, detentor de megabiodiversidade e serviços ecossistêmicos associados. O desafio da sustentabilidade e conservação destes sistemas reguladores do clima está intimamente associado à presença de territórios e paisagens produtivas conservadas por agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, sejam indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, agroextrativistas, entre outros segmentos.

No entanto, a conservação da biodiversidade associada aos territórios tradicionalmente ocupados e áreas manejadas pela agricultura familiar, principalmente em áreas ainda não regularizadas, está altamente ameaçada pelo modelo de desenvolvimento em andamento no estado – o único com toda a sua extensão territorial abrangida pelo Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (MATOPIBA). Plano este que em sua implementação pelo Estado brasileiro desconsidera extensas áreas de territórios tradicionalmente ocupados e conservados por comunidades tradicionais, destinando-as ao agronegócio.

O avanço do agronegócio e de outros grandes empreendimentos como as hidrelétricas e mineração também acirram a violência no campo e conflitos fundiários, comumente associados à intensificação do desmatamento, degradação ambiental, contaminação por agrotóxicos - que ainda são largamente pulverizados via aérea no estado, incêndios florestais e morte de rios e nascentes.

Diante do desafio de enfrentar esse contexto e lutar por justiça na Agenda do Clima é que a Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática vem atuando desde janeiro de 2022 para implementar uma estratégia que integra a incidência em políticas públicas, a comunicação e a formação de jovens.

### **Curso Modular para Formação de Jovens em Comunicação e Justiça Climática**

O presente plano pedagógico do Curso Modular em Comunicação e Justiça Climática será implementado em regime de alternância, por meio de quatro módulos presenciais e três módulos (tempo comunidade), a partir de março de 2023, envolvendo trinta jovens a serem indicados e acompanhados pelas organizações da Coalizão. A turma será composta por jovens entre 16 e 35 anos, representantes indígenas Krahô e

Apinajé, quilombolas do Território Kalunga do Mimoso, pescadores da Colônia de Pesca de Araguacema, assentados e acampados ligados ao MST, além de agroextrativistas e outros representantes comunitários indicados pelas organizações de ensino e assessoria da Coalizão. A delimitação da categoria “jovem” foi utilizada com flexibilidade e liberdade pelos membros da Coalizão, por termos autonomia para a delimitação da faixa etária. Desse modo, delimitamos em conselho a faixa entre 16 e 35 anos, a partir da referência da legislação brasileira, Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013 do Estatuto do Jovem que considera jovem as pessoas entre 15 e 29 anos, alargando o limite até 35 anos a partir da perspectiva das organizações da Coalizão.

Por fim, vale ressaltar que este processo de formação de jovens no Tocantins é inspirado e baseado na experiência de um processo similar, no âmbito do projeto “Cerrativismo”, sistematizado na publicação <https://ispn.org.br/cerrativismo-uma-experiencia-inspiradora-para-formacao-de-agentes-de-mudanca/>. Esse processo de formação de agentes de mudança no Oeste da Bahia foi realizado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Social - IDS em 2019, organização responsável pela coordenação do plano pedagógico nessa experiência.

### **Objetivo da Formação**

O objetivo deste processo de formação, simplesmente sintetizado daqui em diante por “curso modular”, é contribuir para a formação de agentes de mudança por meio do desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) para uma atuação qualificada diante dos problemas da invisibilidade das juventudes e da insuficiência de vozes de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares do Tocantins no debate sobre a agenda e a justiça climáticas no Cerrado e Amazônia e na luta pelo reconhecimento dos territórios tradicionais, da sociobiodiversidade e da produção agroextrativista para a conservação ambiental, a regulação climática, a segurança e soberania alimentar e nutricional e outros requisitos para o desenvolvimento em bases sustentáveis, em contraposição ao modelo hegemônico e colonialista vigente no estado, que é baseado no avanço do agronegócio e grandes empreendimentos geradores de destruição e degradação ambiental, concentração de renda e exclusão social.

Vale ressaltar que este **objetivo** é uma direção, uma intenção para a qual serão criadas situações de aprendizagem, possibilita definir um **recorte na abordagem** e ajuda a botar o pé no chão, definindo o que de fato o que é **prioritário e essencial**. No entanto, o caminhar retroalimenta os objetivos. Por isso é essencial prever momentos de reflexão

para checar se os objetivos iniciais ainda valem a partir das respostas que o grupo vai dando em relação as suas necessidades de aprendizagem.

Portanto, os objetivos não podem ser encarados como alvos, e sim como trilhos para quem oferece a formação. O conteúdo a ser tratado, nasce do diálogo desses objetivos com as necessidades e características do grupo. A cada módulo são checados os objetivos e o que está sendo tratado nos módulos e a reação do grupo.

Ao final do processo de formação espera-se que cada participante tenha:

- ✓ ampliado sua compreensão sobre o contexto em que se inserem: o Cerrado e a Amazônia do Tocantins, seus potenciais e ameaças, direitos e políticas públicas voltadas às populações tradicionais;
- ✓ domínio e apropriação, ao ponto de traduzir para sua realidade e contexto sociocultural, sobre os principais conceitos e termos que envolvem a Agenda do Clima na Amazônia, tais como: “Mudanças do Clima”, “Emergência Climática”, “Justiça Climática”, “Medidas de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas”, “acordos internacionais, seu processo e implicações no âmbito nacional”, entre outros;
- ✓ ampliado sua capacidade de senso crítico, de análise e definição de estratégias, antes de agir de forma espontânea e arriscada;
- ✓ experimentado e aprimorado o uso estratégico de diversas ferramentas e tecnologias de comunicação, das diferentes mídias sociais e das especificidades de cada canal de comunicação para dar visibilidade e amplificação das suas vozes, das suas organizações e comunidades no contexto da luta por direitos, nas soluções climáticas que propõem para o país e na inclusão de novas vozes do Tocantins nas negociações que envolvem a Agenda do Clima no Brasil;
- ✓ experimentado uma boa convivência e ampliado sua rede de afetos e amizades no exercício intercultural que o curso se propõe;
- ✓ conhecido iniciativas, oportunidades e estratégias de ação da sociedade civil na Agenda do Clima;
- ✓ refletido sobre sua atuação como liderança como uma qualidade do trabalho em grupo;
- ✓ exercitado habilidades e competências para qualificar sua atuação como agentes de mudança e representação na luta por justiça climática;
- ✓ planejado e tomado iniciativas de transformação no seu âmbito de atuação;

- ✓ aumentada sua autoestima, motivação e segurança para atuar como liderança;
- ✓ desenvolvido tranquilidade e autoconhecimento para atuar e desenvolver suas capacidades dentro dos seus limites e condições – “*que não envelheçam ou se sintam muito pressionados*”.

## **Abordagem Pedagógica e Metodológica**

*“Conhecer é tarefa de sujeitos e não de objetos.”*

*Paulo Freire*

Em relação à abordagem pedagógica do curso, é baseada nos princípios e práticas da educação popular tendo a pedagogia de Paulo Freire como fonte de inspiração e orientação para a construção do curso. Mesmo que estamos nos referenciando em um curso para jovens e alfabetizados, partimos da mesma premissa da educação de adultos, de que a pessoa aprende a partir de suas necessidades concretas, as quais emergem de sua prática de estar e agir no mundo e do contexto sociocultural em que vive e atua. Tal orientação implica que os conteúdos devem ser criados a partir de questões que trazem significado e encantamento para cada participante, como ensina também Manoel de Barros. Ampliar essa concepção é uma tarefa importante na construção e implementação do plano do curso, pois espera-se propiciar aos participantes o reconhecimento e organização do aprendizado que vem das suas descobertas e vivências da prática, a partir do diálogo e problematização dos temas atuais sobre justiça climática e também sobre as técnicas e ferramentas de comunicação que podem ser apropriadas pelas jovens para amplificar suas vozes e de suas comunidades.

Para Freire (1993), o estudo da realidade é a fala do educando, e a organização do dado é a sua fala, como sujeito e somente enquanto sujeito, que o ser humano pode realmente conhecer. Freire (1987) ensina que:

*“O diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode ser reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes”.*

A partir da abordagem freiriana para a educação de adultos e o modelo de educação de adultos ou andragógica, apresentada por Knowles (1970), o plano do curso baseia-se em seis princípios para orientar os facilitadores e facilitadoras no desenvolvimento dos

conteúdos: i) necessidade de saber: adultos precisam saber por que devem aprender algo e qual o ganho que terão no processo; ii) prontidão para aprender: o adulto fica disposto a aprender quando a ocasião exige algum tipo de aprendizagem relacionado a situações reais de seu dia-a-dia; iii) papel das experiências para o adulto, suas experiências são a base de seu aprendizado, portanto, as técnicas que aproveitam essa amplitude de diferenças individuais serão mais eficazes; iv) orientação para aprendizagem: o adulto aprende melhor quando os conceitos apresentados estão contextualizados para alguma aplicação e utilidade; v) motivação: adultos são mais motivados a aprender por valores intrínsecos: autoestima, prazer, qualidade de vida e desenvolvimento; e, vi) autoconceito do aprendiz: adultos são responsáveis por suas decisões e por sua vida, portanto querem ser vistos e tratados pelos outros como capazes de se autodirigir.

O plano do curso também está baseado na abordagem de “formação na ação” apresentado por Almeida (2019), na qual contempla quatro etapas na concepção das situações de aprendizagem e das relações interculturais que o curso propiciará:

- v) *revelar e caracterizar a realidade: a caracterização é acima de tudo uma tomada de consciência, possibilita aos participantes evidenciar e estruturar sua percepção da realidade (sua propriedade, a comunidade, as organizações, o contexto, a si mesmo), ao mesmo tempo em que cria a oportunidade de ampliar esse olhar a partir da troca com os outros participantes. Na caracterização o participante tem a chance de tomar consciência de aspectos que anteriormente não estava percebendo;*
- vi) *ampliar referenciais: em muitos momentos chamamos de oxigenação a ampliação de referenciais, na caracterização cria-se a base a partir da qual poderão ser criadas atividades de “oxigenação”, ou seja, trazer novos ares ao conhecimento que o participante já possui, além da troca que acontece entre os participantes no processo de caracterização da realidade e do contexto vivenciado pelos jovens em suas comunidades. Se por um lado a caracterização pode levantar novas perguntas acerca da realidade, na oxigenação o que se busca é trazer referenciais que sirvam, em um primeiro momento como termo de comparação e reflexão sobre a realidade (incluindo a si mesmo). Mas deve ir mais adiante, porque as pessoas podem lidar apenas com uma soma*

*limitada de contradição e perguntas, e precisam também de respostas, que sirvam, inclusive, como motivação e fonte de experimentação e reflexão. Assim, a oxigenação também deve indicar instrumentos e técnicas que possibilitem novas formas de lidar com determinadas situações. A oxigenação é o elo entre a caracterização e a tomada de iniciativa (realizar), retroalimentando a caracterização e orientando a realização de uma ação, iniciativa, ou experimentação;*

- vii) a experimentação: a realização de um iniciativa assume a função de experimentação, possibilitando ao participante levar para a prática uma habilidade ou conhecimento adquirido, e com isso identificar dúvidas, limites (pessoais inclusive) e verificar potenciais e desafios para a integração com a sua realidade. Embora o foco da ação seja criar base para a aprendizagem, o participante estará lidando com seu contexto real, e provavelmente desencadeando mudanças. Essas mudanças podem ter diferentes alcances, a depender das condições existentes no contexto, no participante e no processo de formação. Na experimentação a aprendizagem é do conteúdo (assunto, técnica, propósito, etc), como também do próprio processo de aprendizagem (seus limites, canais de aprendizagem, capacidades, resistências, reações, etc). Assim, as situações de experimentação devem ser planejadas para criar condições que apoiem o participante na sua aprendizagem. Algumas recomendações nesse sentido: experimentos precisam começar simples: na medida em que a pessoa se aprofunda na caracterização da situação, adquire novos referenciais e compreende seu processo de aprendizagem, vai criando condições para experimentos mais complexos;*
- viii) refletir e aprender: na reflexão o facilitador tem um papel fundamental que é conduzir os participantes a identificar, organizar e valorizar os aprendizados vindos da prática. Para tanto, devem ser criadas situações de aprendizagem que conduzam a pessoa a aprofundar sua reflexão, lidar com resistências e tirar conclusões. Nessa fase é possível gerar conhecimentos, organizados e sistematizados a partir da prática.*

Considerando essas bases conceituais e também a experiência já realizada no âmbito do “Curso Cerrativismo no Oeste da Bahia” (ISPN; IDS, 2021), o plano do curso foi estruturado por meio de temas geradores organizados em três fios temáticos: i) conteúdos sobre agenda do clima, justiça climática e comunicação; ii) habilidades sociais de um agente de mudanças; e iii) intervenção na prática por meio da implementação de projetos “jovens em ação”. Os temas geradores alimentarão um cardápio de conteúdos programáticos, que posteriormente são detalhados e ementados por facilitadores, contemplando também a participação dos jovens educandos nesse processo, a partir do segundo módulo.

Com uma carga horária total de 290 horas, será realizado em regime de alternância, composto por quatro módulos presenciais (tempo presencial com toda a turma) e três módulos com tarefas práticas, a serem realizadas no tempo comunidade, referenciado no plano também como “módulo à distância”. A alternância é caracterizada por dois “espaços/tempos” formativos, que compõem o processo de aprendizado durante o tempo de duração do curso: o primeiro refere-se ao tempo presencial alternado ao tempo comunidade. Vale esclarecer também que o tempo presencial, ou seja, os módulos presenciais serão realizados em imersão em quatro comunidades: Aldeia Pedra Branca (TI Krahô), Aldeia Prata (TI Apinajé), Acampamento Olga Benário (MST) e Território Quilombola Kalunga do Mimoso. Essa escolha foi definida pela Coalizão como oportunidade e estratégia para que os trinta jovens, que serão selecionados para a composição da turma, vivenciem diferentes realidades, oportunizando espaço/tempo de aprofundar sua experiência individual em contato com a diversidade sociocultural presente no estado, mas também estimular a percepção e o debate sobre as semelhanças e os desafios comuns enfrentados pelas comunidades e pelas organizações da Coalizão.

Considerar essa premissa e princípios é a base do processo de aprendizagem almejado pelo curso modular. Isso implica que o programa do curso é estruturado por meio de temas geradores demandados pelas comunidades e elencados pela Coalizão Vozes, em sua reunião do conselho gestor realizada em agosto/2022, na qual contou com a representação das dez organizações e com a participação de 24 pessoas. A partir dos temas geradores, será estruturado um cardápio de conteúdos programáticos. Estes serão detalhados e ementados por facilitadores com o envolvimento direto dos jovens que participarão do curso, a partir do segundo módulo.

A implementação do curso será acompanhada e coordenada por uma Comissão Política Pedagógica composta por um conjunto de organizações da coalizão e também por representantes de participantes da turma.

## ***Temas Geradores – Fios Temáticos***

Os fios temáticos, organizados de forma didática abaixo, constituem indutores que se entrelaçam em processos essenciais para provocar a aprendizagem da turma de jovens que comporão (e transformarão) o curso inicial ora proposto. Pela integração dos fios temáticos se dá o tecer do processo formativo. Constituem o esqueleto que orientará o conteúdo e as formas didáticas.

Portanto, os quadros abaixo devem ser vistos como um “ponto de partida”, que pode ser ajustado após a seleção dos participantes e complementado no primeiro módulo, quando haverá uma melhor caracterização do grupo e das suas necessidades e motivação de aprendizagem.

## FIO TEMÁTICO VERDE

### **Mudanças e Justiça Climáticas, Contexto Socioambiental e Comunicação.**

#### *Objetivos:*

*Ampliar a compreensão sobre as Mudanças Climáticas e suas implicações para o Cerrado e Amazônia no Tocantins, considerando a dinâmica do agronegócio e outros empreendimentos, suas ameaças e impactos para os agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais.*

*Compreender seus direitos; o papel das políticas públicas; conhecer e identificar oportunidades e estratégias de atuação em rede, a exemplo da Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática, movimentos quilombola e indígena e das redes de agroecologia no estado.*

*Ampliar o domínio e uso das ferramentas, tecnologias e estratégias de comunicação.*

Conteúdos (cardápio) a serem detalhados nas ementas a serem elaboradas pelos facilitadores dos módulos:

- Cerrado e Amazônia – condições dos biomas presentes nas comunidades da turma, fitosionomias do Tocantins, grau de conservação e taxas de desmatamento no estado.
- O momento político atual – cuidados e estratégias para uma atuação de liderança, com inteligência e cuidados com a segurança.
- Identidade, modos de vida, cultura, organização social e reciprocidade, e Bem Viver das comunidades representadas na turma.
- PDA Matopiba: agronegócio e empreendimentos que afetam as comunidades – construindo argumentos para o debate com seus defensores.
- Mudanças Climáticas e a agenda por justiça: conceitos, ameaças, oportunidades e alianças para a conservação do Cerrado e da Amazônia.
- Constituição Federal e Direitos; Tratados Internacionais; outros instrumentais de luta por direitos e políticas públicas apropriadas.
- Experiências e iniciativas inspiradoras de resistência e resiliência – sociobiodiversidade, Tô no Mapa, autodemarcação de territórios, agroecologia, mercados justos e solidários, etc.
- Conceitos e ferramentas de comunicação estratégica para a visibilidade das juventudes e suas comunidades: técnicas de elaboração de narrativas, releases e outros conteúdos básicos para a comunicação; ativismo digital; mídia training; bom uso das mídias sociais, storytelling; técnicas de produção audiovisual, entre outros.

## FIO LILÁS

### **Liderança, desenvolvimento pessoal, organização e empoderamento comunitários**

#### *Objetivos:*

*Tomar consciência de si mesmo na convivência em grupo e exercitar habilidades de relacionamento e liderança (habilidades sociais).*

*Conhecer e exercitar processos básicos para sua atuação. Ampliar o conhecimento sobre formas e estratégias de organização social e comunitária.*

- Alinhamento sobre o conceito de liderança / agente de mudança
- Práticas de autorreflexão, percepção de si e dos outros - identificar necessidades de aprendizagem e propósitos de desenvolvimento pessoal, a partir da sua história de vida.
- Habilidades e ferramentas da liderança: ferramentas de diálogo, organização e participação em reuniões, articulação com agentes externos, representação, planejamento e realização de reuniões participativas e produtivas, costurar parcerias e técnicas de auto-segurança.
- Refletir sobre a vida/organização comunitária e conhecer diferentes formas de organização social e estratégias de atuação: grupos, redes, associações, coalizão, redes colaborativas de comunicação.
- Mediação/gestão de conflitos e autoproteção
- Riscos, Violências sofridas por ativistas e estratégias de segurança.
- Gênero/identidade sexual, racismo e relações etnoraciais. e intergeracionais

## FIO LARANJA – JOVENS EM AÇÃO

*Objetivo: Planejar, realizar e avaliar iniciativas em formato de projetos socioambientais relacionadas à comunicação, advocacy e/ou fortalecimento das suas organizações ou comunidades.*

- Fundamentos da formação dos adultos: a ação como fonte de mudança e aprendizagem.
- Projetos socioambientais na vida das organizações, elaboração e captação de recursos.
- Definição de critérios, regras de uso dos recursos
- Ciclo de gestão do projeto: do diagnóstico à elaboração da proposta – planejamento, execução, gerenciamento, monitoramento e avaliação de um projeto.
- Grupos de apoio mútuo na implementação das ações.
- Interação com os tutores.

## Outros aspectos a considerar:

Embora não sejam “fios temáticos” os seguintes aspectos devem ser considerados na estruturação e condução dos módulos:

**Integração do grupo e dos participantes com as comunidades anfitriãs:** serão realizadas atividades voltadas a criar uma “comunidade de confiança e aprendizagem”, que se apoie durante a formação. Isso inclui o conhecimento mútuo, a abertura às relações interculturais, o respeito à diversidade e o diálogo como premissa; incluir atividades de caracterização do grupo, a serem captadas pelos facilitadores para retroalimentar o processo formativo; a instalação das atividades, delimitando o escopo e acordos de convivência; atividades de rodas de conversa com a comunidade anfitriã, "contação de causos" e atividades culturais.

**Avaliação processual:** serão incluídos em todos os módulos, processos de avaliação das atividades/ módulos e do programa como um todo. Assim como a colheita de considerações e demandas para o módulo seguinte.

## **Estrutura da Formação em Comunicação e Justiça Climática**

Serão realizados módulos presenciais alternados com módulos à distância, totalizando 140 horas presenciais (4 módulos de 35 horas) e 150 horas de atividades práticas nas comunidades (3 Módulos à distância, de 50 horas cada), conforme o seguinte calendário:

Atividade	Datas	Local
<b>1º Módulo Presencial</b>	24 a 28 de março de 2023	TI Kraho – Aldeia Pedra Branca – Itacajá-TO
<b>Tempo Comunidade 1 – Jovens em Ação</b>	29 de março a 11 de maio de 2023	No tempo e contexto de cada jovem
<b>2º Módulo Presencial</b>	12 a 16 de maio/23	Acampamento Olga Benário – Guarái –TO
<b>Tempo Comunidade 2 – Jovens em Ação</b>	17 de maio a 22 de junho de 2023	No tempo e contexto de cada jovem

<b>3º Módulo Presencial</b>	23 a 27 de junho/23	Território Quilombola Kalunga do Mimoso - Arraias-TO
-----------------------------	---------------------	--

<b>Tempo Comunidade 3 – Jovens em Ação</b>	28 de junho a 24 de agosto/23	No tempo e contexto de cada jovem
--	-------------------------------	-----------------------------------

<b>4º Módulo Presencial (Final)</b>	25 a 29 de agosto/23	TI Apinajé - Aldeia Prata – Tocantinópolis-TO
-------------------------------------	----------------------	---

### **Processo de Seleção dos Participantes**

Será elaborado um edital interno à Coalizão Vozes do Tocantins, contendo contexto e objetivos do curso, perfil dos participantes, critérios de seleção e os formulários para as candidaturas.

Após as candidaturas será realizado um processo de seleção por uma comissão de seleção composta pelo GT-Curso com base no perfil e critérios de seleção. Espera-se realizar uma entrevista por telefone com cada jovem indicado para confirmar o atendimento aos critérios.

A candidatura será composta por carta de apresentação do candidato e carta de recomendação da organização.

A **carta de recomendação** deve conter informações que demonstrem:

Por que essa pessoa é um bom candidato - como ela poderá contribuir atuando como liderança na sua região?

A co-responsabilidade da organização em acompanhar de perto cada jovem indicado, inclusive, na gestão dos recursos que serão disponibilizados para a implementação dos planos de trabalho nos “tempos comunidade”.

A **carta de apresentação** do candidato deve descrever em uma ou duas páginas:

A intenção da/o participante em relação ao uso e multiplicação das informações/conhecimentos desenvolvidos no curso.

A expectativa do/a participante para uma formação como esta.

Declarar / confirmar sua disponibilidade em participar de todos os módulos previstos.

**Distribuição das vagas:** cada organização membro do conselho têm direito a 03 (três) vagas, podendo indicar mais jovens para participar do processo de seleção, caso o candidato não seja selecionado ou também para compor uma lista de espera.

***\*\*Todas as indicações devem considerar jovens ligados, ou seja, com envolvimento efetivo com organizações de base comunitária do Tocantins, inclusive para as indicações de organizações como ISPN e UFT. Caso alguma organização não queira indicar poderá ceder alguma vaga para outra organização do conselho, entre as organizações de base comunitária.***

### **Perfil dos participantes e da turma**

- ✓ Jovens entre 16 e 35 anos a serem indicados pelo conselho gestor da Coalizão Vozes do Tocantins. Faixa etária delimitada pela Coalizão, com liberdade para “alargar” a delimitação do Estatuto do Jovem definida entre 15 e 29 anos.
- ✓ Pessoas com potencial de serem multiplicadoras da formação em suas comunidades e organizações.
- ✓ Ter equilíbrio de gênero na turma - composição aproximada entre homens e mulheres no conjunto da turma, outras identidades de gênero são bem vindas na turma.

*Obs: Será estimulado (como orientação) que cada organização indique pelo menos uma mulher, salvo em situações onde há restrição cultural da comunidade.*

***\*\*Observação: a equipe de coordenação do curso deve prever lidar com o desafio da interculturalidade e da diversidade em que a turma será composta, considerando diferentes perfis, identidade de gênero e níveis de militância.***

### **Critérios de Seleção dos participantes**

1. Tenha disponibilidade para participar integralmente de todos os módulos presenciais e à distância (tempo comunidade).
2. Ter interesse em aprender e utilizar ferramentas de comunicação para difundir as lutas e as vozes ligadas à Agenda de Justiça Climática e da defesa socioambiental.
3. Ter motivação para se desenvolver e multiplicar os aprendizados desenvolvidos no curso.
4. **Ter entre 16 e 35 anos.**
5. Preferencialmente ter letramento em português (escrita e leitura básica).

6. Ter a co-responsabilidade da organização que o/a indicar, por meio de carta de compromisso.

*\*\* Observação: que a escolha seja de jovens bem envolvidos com a organização, e não necessariamente o mais desinibido.*

## Visão Geral dos Módulos

A visão geral será apresentada primeiro em forma de TEXTO, para que seja um pouco mais autoexplicativo. Depois teremos uma TABELA SINTESE para ver como os eixos se desdobram em cada módulo ao longo do programa (horizontal). Por fim, uma TABELA DE CADA MODULO, para visualizar como o tempo está sendo distribuído entre as diversas sessões dos fios.

### **Módulo 1 - O contexto da turma, dos ambientes que a turma está inserida e a inserção na temática da comunicação voltada à luta por Justiça Climática.**

Como primeiro encontro do grupo, este módulo deve criar o **ambiente de confiança para a aprendizagem**. Nesse sentido, inicialmente acontecerá um nivelamento de informações sobre o projeto, os executores e parceiros, os objetivos da Coalizão e do curso em si. Também serão apresentadas um pouco das biografias de cada participante.

O módulo será realizado em março/23 (vide calendário). A turma será recepcionada e abençoada por anciãos e lideranças Krahô da Aldeia Pedra Branca e também por membros da Coalizão que farão uma fala motivacional, contextualizando o curso na realidade do Tocantins e da estratégia da Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática.

Os participantes serão convidados a apresentar sua trajetória a partir da biografia ou memorial de cada um, a ser produzido previamente ao primeiro módulo, com orientação da equipe de coordenação do curso. Espera-se com essa abordagem caracterizar o grupo (âmbito de atuação e necessidades) e valorizar a identidade, criando espaço e dinâmica para conhecimento e o apoio mútuo. Também será realizada a construção coletiva sobre as características de um bom agente de mudanças ou de pessoas que inspiraram os jovens ao longo de sua trajetória (**FIO LILÁS**)

Outro aspecto central desse módulo será ampliar a percepção dos participantes sobre os biomas do Tocantins e a dinâmica dos vetores de destruição no estado, fazendo a integração desses temas com as mudanças climáticas e a Agenda da luta por justiça climática (**FIO VERDE**)

Serão contemplados aspectos ambientais, sociais, culturais, políticos e econômicos, contendo uma caracterização da importância dos biomas, as ameaças e os impactos do agronegócio e outros empreendimentos. O principal foco será **subsidiar os participantes com argumentos que os/as empoderem a estarem presentes em espaços de negociação da Agenda do Clima e luta por direitos**. Ainda, será iniciada a discussão de **estratégias mais assertivas para atuação da sociedade civil** (a ser aprofundado no segundo módulo). **Conhecer iniciativas em curso** a partir das ações da Coalizão e suas organizações.

Nesse primeiro módulo também inicia a orientação para a construção dos projetos de intervenção (jovens em ação), a partir de um diagnóstico e definição do problema central, bem como, das ações a serem implementadas (escopo do projeto) dentro dos limites de tempo e recursos disponíveis. O “projeto preliminar” para intervenção – jovens em ação - deverá ser elaborado no primeiro intermódulo presencial (tempo comunidade 1) em diálogo com as comunidades e com a organização âncora de cada participante. **(FIO LARANJA)**

### **Entrelaçando os fios**

Partindo dessa percepção macro sobre o contexto socioambiental e das mudanças climáticas, no primeiro módulo será trabalhado ainda o contexto micro, a vida comunitária, como uma introdução ao tema da liderança e da comunicação. Serão conduzidas dinâmicas experienciais (habilidades sociais) que estimulem a auto-observação e autorreflexão sobre a própria atuação e jeito de ser. Como possibilidade, sugere-se destacar uma sessão para trabalhar o conteúdo “**reuniões participativas**”, uma habilidade básica da atuação como liderança.

A partir da percepção ampliada sobre o contexto e si mesmo, os participantes serão estimulados a identificar suas necessidades de desenvolvimento e aprendizagem, de forma a tomar para si o compromisso com sua formação e desenvolvimento pessoal.

Esta será a base para que **planejem ações práticas** que serão apoiadas pelo projeto nos Intermódulos através dos planos de ação. Os participantes farão um primeiro esboço do plano, exercitando habilidades de planejamento.

Neste início do curso será registrado pelo próprio participante o seu “perfil de entrada”, para ao final verificar o “perfil de saída”.

Também será realizada uma oficina para tomada de decisão coletiva sobre os conteúdos dos módulos seguintes, considerando a análise de critérios e metodologia participativa de tomada de decisão.

A avaliação do módulo deve conter perguntas que ajudem a melhor direcionar as etapas seguintes, ou seja, gerem elementos para “calibrar” as ementas e **ajustar as próximas etapas da formação** a partir da percepção dos participantes.

### **Módulo 02 – A atuação das juventudes considerando o contexto trabalhado no primeiro módulo.**

No segundo módulo serão desenvolvidas referências e experiências inspiradoras para a atuação dos jovens que compõem a turma – estímulo para inspirar novos caminhos para atuação de **agentes por justiça climática, para dentro e para fora de suas comunidades**. No **“FIO VERDE”** o foco será conhecer **o funcionamento do estado, o direito ambiental de forma mais ampla e especificamente os direitos das populações tradicionais**, com ênfase na questão territorial e na agenda climática. Desta forma, espera-se que os participantes possam melhor articular as estratégias de luta pelos seus direitos. O conteúdo aqui é bastante vasto e a profundidade deverá ser calibrada no primeiro módulo, a partir dos temas de interesse expressos pela turma.

Serão realizadas também uma oficina da estratégia TôNoMapa de automapeamento e uso do aplicativo desenvolvido pela iniciativa e uma oficina de comunicação voltada ao ativismo digital e o bom uso das redes sociais.

**No FIO LILÁS (HABILIDADES SOCIAIS)** serão desenvolvidas habilidades/ferramentas importantes para a facilitação de diálogos participativos e outros temas priorizados pela turma no módulo 1.

Será realizada também uma oficina com o **Coletivo de Juventude do MST** do Tocantins sobre o papel da mística e o diálogo com a cultura local para a construção dos espaços de místicas em eventos e reuniões. Será um momento também oportuno para refletir sobre as relações de gênero, as relações intergeracionais e sobre os movimentos de mulheres, de jovens, e da comunidade LGBTQIA+ cada vez mais presentes nos movimentos a exemplo das plenárias específicas realizadas no âmbito do ATL-Acampamento Terra Livre e nos Congressos Nacionais do MST.

**No FIO LARANJA (JOVENS EM AÇÃO)** será realizada uma oficina para consolidação do projeto de intervenção a ser implementado no próximo tempo comunidade. Os

subsídios e definições para a construção do projeto deverão ter sido alinhados com as organizações que os jovens representam.

Os planos de ação elaborados pela turma serão apresentados e validados pelo conselho gestor da Coalizão, para que o conselho possa ter a visão de conjunto dos projetos que serão desenvolvidos pela turma. Os tutores também terão papel fundamental no acompanhamento e apoio para a elaboração e execução dos projetos.

O detalhamento do módulo 2, com a grade programática e ementas, será consolidado após o primeiro módulo.

### **Módulo 03 – A organização social e a atuação das juventudes no contexto da Agenda por Justiça Climática.**

No terceiro módulo, será aprofundado o aspecto da organização social e o papel de educador, mobilizador e articulador de um agente de mudanças alinhado com as regras e formas de se organizar de cada contexto. Espera-se desenvolver uma reflexão sobre a organização social e a reciprocidade como base para a geração de coesão e produção da dívida no contexto comunitário, dialogando também sobre o papel/lugar das organizações (CNPJ), enquanto instrumentos de luta e de diálogo com as instituições brasileiras e parcerias em diferentes níveis.

Também será proporcionado o diálogo/roda de conversa com uma liderança que atua em nível nacional/internacional, na qual ele tratará dos diversos aspectos da atuação de uma liderança de projeção – trajetória de vida e de luta, a importância de manutenção do vínculo com a comunidade que representa, etc.

Outro foco deste módulo é a interação da turma com os movimentos das juventudes na comunicação e agenda climática. Espera-se realizar duas oficinas e rodas de conversa com jovens que já atuam em movimentos sociais e com experiência em ativismo digital, tais como engajamundo, mídia ninja, mídia índia, articulação dos povos indígenas do Tocantins, entre outros (FIO VERDE).

O desenvolvimento pessoal de um agente de mudança também será trabalhado a partir da história de vida de uma grande liderança – provavelmente Sr. Ditão do Quilombo Ivaporunduva.

Oficinas de habilidades sociais também poderão ser acomodadas na programação, conforme os temas elencados no módulo 1 pela turma.

Dando continuidade ao processo de aprendizagem sobre a gestão de projetos será realizada uma oficina de gestão e prestação de contas, aprendendo sobre as regras do financiador Avina que apoia o projeto.

**Módulo 04 – Colheitas: conquistas individuais e coletivas, dificuldades encontradas no caminho e lições aprendidas.**

Será um momento dedicado a apresentação dos projetos realizados pelos jovens participantes do curso e celebração das conquistas individuais e coletivas. A partir da perspectiva da sistematização de experiências comunitárias, as apresentações do que foi feito na prática irá subsidiar reflexões sobre os desafios encontrados, as soluções encontradas e as lições aprendidas.

Esse é um momento que deverá ser realizado em conjunto com todos os membros do conselho gestor da Coalizão Vozes do Tocantins.

Nesse módulo também realizaremos o registro do “perfil de saída” de cada participante e uma avaliação final do curso.

Por fim, também será realizada uma oficina de tomada de decisão para a escolha dos nomes que irão representar a turma na COP-28 nos Emirados Árabes em 2023. Participam dessa escola a turma e conselho gestor da Coalizão Vozes do Tocantins, experimentando ferramentas de tomada de decisão, construção de consensos e consentimentos.

## VISÃO GERAL DOS MÓDULOS PRESENCIAIS E INTERMÓDULOS (TEMPO COMUNIDADE)

FIOS/OBJETIVOS	MÓDULO 1 – O CONTEXTO (MARÇO/2023)	TEMPO COMUNIDADE 1 (ABRIL/2023)
<b>OBJETIVOS</b>	Compartilhar e ampliar a percepção sobre o contexto socioambiental e a integração com a Agenda do Clima, perceber-se enquanto liderança e suas necessidades de aprendizagem, delinear iniciativas de ação. Tomar iniciativas e iniciar a construção dos projetos de intervenção (planos de ação).	Exercitar conhecimentos do módulo 1.
<b>FIO VERDE</b> <b>Mudanças e Justiça Climáticas, Contexto Socioambiental e Comunicação.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cerrado e Amazônia – distribuição no estado do Tocantins, aspectos geográficos, funções ecológicas e as fitofisionomias que ocorrem no estado.</li> <li>- Introdução sobre as Mudanças Climáticas e a Agenda por Justiça Climática - Coalizão Vozes do Tocantins por Justiça Climática.</li> <li>- Oficina 1 de comunicação: ferramenta de luta e empoderamento das juventudes, elaboração de narrativas por meio de vídeos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produzir material de comunicação sobre o que foi realizado no módulo e socializar com a organização e a comunidade.</li> <li>- Elaborar, quando possível em grupo, conteúdo para ser divulgado nas redes sociais da Coalizão Vozes do Tocantins em diálogo com a Kiw Assessoria.</li> </ul>

FIOS/OBJETIVOS	MODULO 1 – O CONTEXTO (MARÇO/2023)	TEMPO COMUNIDADE 1 (ABRIL/2023)
<b>FIO LILÁS</b> <b>Liderança e desenvolvimento pessoal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recepção e roda de conversa com Anciãos da comunidade – a troca intergeracional.</li> <li>- Biografias – construindo a rede de confiança mútua entre a turma, refletir sobre a experiência intercultural do curso.</li> <li>- Conceito e papel da liderança/AGENTE DE MUDANÇA</li> <li>- Auto-observação e autorreflexão sobre a própria atuação e jeito de ser (habilidades sociais)</li> <li>- Iniciativas para seu desenvolvimento: necessidades de aprendizagem, propósitos, iniciativas pessoais.</li> <li>- Ferramentas de diálogo e facilitação de reuniões participativas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar um diário de bordo/caderno de anotações sobre suas reflexões e novas percepções a partir do módulo 1.</li> </ul>
<b>FIO LARANJA</b> <b>Experimentos de mudança: planos de ação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender a fundamentação da formação na ação e educação do adulto. A tomada de iniciativa como processo de mudança e desenvolvimento.</li> <li>- Plano de ação como experimento de gestão: regras, procedimentos e critérios. O papel dos tutores.</li> <li>- Conceitos e ferramentas para o planejamento/elaboração de projetos.</li> <li>- Planejamento de iniciativas (plano de ação)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar um problema e uma proposta de intervenção na realidade em diálogo com a organização que representa (Plano de trabalho e orçamento).</li> </ul>

<b>FIOS/OBJETIVOS</b>	<b>MODULO 2 - Nossa atuação nesse contexto (MAIO/23)</b>	<b>TEMPO COMUNIDADE 2 (MAIO/JUNHO)</b>
<b>OBJETIVOS</b>	Aprofundar em estratégias e ferramentas de intervenção nos contextos em que os jovens estão inseridos.	Exercitar e integrar conhecimentos dos módulos anteriores.
<b>FIO VERDE</b> <b>Mudanças e Justiça Climáticas, Contexto Socioambiental e Comunicação.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição Federal e a legislação brasileira que respaldam os direitos aos territórios tradicionais, o acesso à terra e a reforma agrária e outros direitos fundamentais de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais.</li> <li>- Informações chaves e ferramentas jurídicas que podem ser acionadas pelas comunidades (habeas corpus, protocolos comunitários, etc..)</li> <li>- Organização comunitária (reciprocidade, regras e dádiva) e o papel das organizações nesse contexto.</li> <li>- Ferramentas de automapeamento de territórios – TôNoMapa e Plataforma do MPF</li> <li>- Oficina 2 de Comunicação – mídias sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exercitar o automapeamento e uso do aplicativo ToNoMapa</li> <li>- Produzir conteúdo de comunicação para as mídias sociais em diálogo com a Kiw Assessoria.</li> </ul>
<b>FIO LILÁS</b> <b>Liderança e desenvolvimento pessoal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficina de construção de místicas com Coletivo Jovem do MST</li> <li>- Roda de Diálogo sobre relações de gênero, intergeracional e com a comunidade LGBTQIA+ - As diferenças que nos une e como o preconceito nos afasta e nos desumaniza.</li> </ul>	- Facilitar uma mística na reunião com a comunidade ou associação (registrar e avaliar a experiência).

FIOS/OBJETIVOS	MODULO 2 - Nossa atuação nesse contexto (MAIO/23)	TEMPO COMUNIDADE 2 (MAIO/JUNHO)
<b>FIO LARANJA</b> <b>Experimentos de mudança: planos de ação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficina de elaboração de projetos para consolidar o plano de trabalho e orçamento da proposta iniciada no módulo 1.</li> <li>- Conhecendo o sistema de seleção dos projetos comuns aos fundos que apoiam projetos socioambientais.</li> <li>- Orientações sobre os próximos passos para a implementação dos projetos. Exercitar <b>capacidades de comunicação</b> (para apresentar os planos iniciais).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Iniciar a implementação dos projetos com apoio de tutores.</li> </ul>

<b>FIOS E OBJETIVOS</b>	<b>MODULO 3 (JUNHO/23)</b>	<b>TEMPO COMUNIDADE 3 (JULHO/23)</b>
<b>OBJETIVOS</b>	Aprofundar o conhecimento sobre caminhos e estratégias de luta para a construção da Justiça Climática.	Exercitar e integrar conhecimentos dos módulos anteriores.
<b>FIO VERDE</b>  <b>Mudanças e Justiça Climáticas, Contexto Socioambiental e Comunicação.</b>	<p>Convenções internacionais que respaldam a luta pelos territórios e justiça climática, relato de quem já participou dessas negociações – preparando-se para a participação de jovens do curso na COP-28.</p> <p>Organização comunitária (reciprocidade, regras e dádiva) e o papel das organizações nesse contexto.</p> <p>Oficinas 3 e 4 de Comunicação com Coletivos Jovens – mídia training, ativismo digital com Engajamundo, Midia India, Midia Ninja, entre outros (a definir)</p>	<p>Produção e disseminação de conteúdos produzidos a partir de sua realidade/comunidade.</p> <p>Entrevistas a partir de release e relação com a imprensa realizadas com apoio da Kiw Assessoria.</p>
<b>FIO LILÁS</b>  <b>Liderança e desenvolvimento pessoal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O desenvolvimento pessoal de uma liderança – dialogando sobre a trajetória de vida e de luta com uma grande liderança (Sr. Ditão do Ivaporunduva, a confirmar)</li> <li>- Oficinas de habilidades sociais (cardápio) .</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diário de bordo focando as percepções pessoais sobre as habilidades sociais e vivências em campo do conteúdo dos módulos. .</li> <li>- Exercício do falar em público, dar entrevistas.</li> </ul>

FIOS E OBJETIVOS	MODULO 3 (JUNHO/23)	TEMPO COMUNIDADE 3 (JULHO/23)
<b>FIO LARANJA</b> <b>Experimentos de mudança: planos de ação</b>	- Oficina de gestão de projetos e prestação de contas em conformidade com as regras da Fundação Avina, financiador da iniciativa Coalizão Vozes do Tocantins.	- Implementação dos projetos

FIOS E OBJETIVOS	MODULO 4 (AGOSTO/23) – FINAL DO CURSO	COP/28 – NOV ou DEZ/2023
<b>OBJETIVOS</b>	Colheitas dos processos promovidos pelo curso	Participação na COP-28 de representantes da turma ** Caso o local seja inviável devido aos custos o Conselho orientou a possibilidade desta participação ser adiada para 2024 no final do projeto, com jovens que se destacaram como lideranças após o curso.  Participação da turma em eventos de mobilização em nível nacional

FIOS E OBJETIVOS	MODULO 4 (AGOSTO/23) – FINAL DO CURSO	COP/28 – NOV ou DEZ/2023
<b>FIO VERDE</b>  <b>Mudanças e Justiça Climáticas, Contexto Socioambiental e Comunicação.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação do Curso – frutos colhidos nesse fio.</li> </ul>	
<b>FIO LILÁS</b>  <b>Liderança e desenvolvimento pessoal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficina para tomada de decisão – seleção pela turma dos jovens que irão representá-los na COP 28 nos Emirados Árabes.</li> <li>- Perfil de saída dos participantes da turma.</li> </ul>	
<b>FIO LARANJA</b>  <b>Experimentos de mudança: planos de ação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação dos projetos implementados em seções temáticas.</li> <li>- Conquistas individuais e coletivas.</li> <li>- Dificuldades encontradas e lições aprendidas com o fazer na prática.</li> </ul>	

## Detalhamento do Conteúdo do Módulo 01

	Dia 1 -	Dia 2 -	Dia 3 -	Dia 4 -
Manhã (8 às 12h)	<p>Mística inicial</p> <p>Instalação do módulo: a Coalizão, objetivos, programação, acordos.</p> <p>Fala motivacional de membros do Conselho.</p> <p>Apresentação dos participantes</p> <p>Roda de conversa com lideranças e anciãos da comunidade anfitriã</p>	<p><b>MÍSTICA</b></p> <p><b>Cerrado e Amazônia</b> nas comunidades da turma, no Tocantins e a relação com o Brasil e o clima no planeta</p>	<p><b>PDA MATOPIBA E AÇÕES DE RESISTÊNCIA</b></p> <p><b>Campanha Nacional em Defesa do Cerrado (Paulão ou Valéria) as:</b></p> <p><b>Mudanças do Clima e Justiça Climática</b> – introdução aos conceitos básicos</p>	<p><b>MÍSTICA</b></p> <p><b>Oficina 1 de Comunicação</b></p>
Tarde (14 as 18h)	<p>Biografias + perfil de entrada de cada participante (Diário de bordo)</p> <p><b>Facilitador/a: coordenadora</b></p>	<p>Biografias – parte 2</p> <p>Características de um bom agente de mudanças para a turma.</p> <p>Que habilidades precisamos desenvolver ao longo do curso?</p> <p><b>Facilitador/a: consultor/a a ser contratado.</b></p>	<p>Exercício da escuta ativa</p> <p><b>Facilitador/a: coordenadora pedagógica</b></p>	<p>Oficina – Compondo os próximos módulos do curso.</p> <p>Exercício de construção de critérios e tomada de decisão coletiva</p> <p><b>Facilitador/a: coordenadora pedagógica</b></p>

	pedagógica.		Jovens em ação: parte 2 – Oficina de elaboração do plano de trabalho e orçamento	Avaliação do módulo e orientações para o segundo módulo.  <b>Facilitador/a: coordenadora pedagógica</b>
Noite (19:30 as 20:30h)	Noite cultural	Jovens em ação: aprendendo sobre a concepção e elaboração de um plano de mudança da realidade.  Elaboração de projetos e captação de recursos (introdução)  Parte 1 – Diagnóstico, contexto e problema	Orientações para o tempo comunidade – tutores.	Noite cultural

**\*\* No primeiro módulo também será criados os seguintes grupos de trabalho entre os jovens:**

GT Comunicação – diálogo com a comunicação do Vozes

GT Mística / Cultural / Animação

Representantes da turma para compor a Comissão Política Pedagógica do Curso.

